



SAGESECUR
Grupo PARPÚBLICA

Relatório de
Gestão e
Demonstrações
Financeiras
2022



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2022



Relatório de
Gestão

ÍNDICE

I. VISÃO GERAL SOBRE O DESEMPENHO E PRINCIPAIS INDICADORES	5
II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	9
1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento.....	9
2. Gestão do Risco Financeiro	19
3. Limite do Crescimento do Endividamento	20
4. Prazo médio de pagamentos (PMP).....	21
5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas.....	21
6. Remunerações	22
7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP	25
8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais	25
9. Relatório sobre Remunerações.....	25
10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção.....	25
11. Contratação Pública.....	26
12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras	26
Públicas	26
13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais	27
14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.....	28
15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas	29
16. Plano para a Igualdade	29
17. Demonstração não financeira	29
18. Informação divulgada no sítio da internet do SEE	30
19. Cumprimento das orientações legais	30
III. PERSPETIVAS PARA 2023	32
IV. AGRADECIMENTO	32
V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	33



I. VISÃO GERAL SOBRE O DESEMPENHO E PRINCIPAIS INDICADORES

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA que tem como objeto social a aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como a administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a conceção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários e ainda o arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esse efeito.

Não estando diretamente sujeita a tutelas setoriais, a SAGESECUR, sempre que a sua atividade se enquadra em projetos globalmente sujeitos a tutela setorial, procura que sua intervenção seja objeto de aprovação pelos membros do Governo responsáveis sobre os mesmos.

Em 2022, a rápida mudança do quadro macroeconómico e geopolítico desencadeado pela guerra Rússia-Ucrânia aumentou a incerteza e a insegurança em termos globais. Os custos da energia, da logística e das matérias-primas, que já se encontravam em níveis historicamente altos no final de 2021, elevaram-se substancialmente obrigando os Bancos Centrais a tomarem medidas restritivas por forma a controlar a inflação.

Apesar da complexidade da conjuntura económica, a SAGESECUR manteve a linha de continuidade da sua atividade focada na gestão de investimentos financeiros, nomeadamente o Fundo Fundiestamo I, e nas suas relações contratuais com a Fertagus, ou seja, a gestão do material ferroviário em utilização no eixo ferroviário norte\sul, regulado pelos contratos celebrados no final de 2019. Em 2022, tal como em 2021, a conjuntura económica não teve impactos diretos na atividade da Sociedade dado 1) a cotação das UP depender do valor dos ativos dos Fundos, predominantemente bens imobiliários, cuja valorização resulta de avaliações independentes, bem como das condições de mercado, 2) os termos de locação e manutenção do material circulante estarem estabilizados nos contratos respetivos celebrados no final de 2019.

Em 2022 havia a intenção de diversificar a carteira de títulos através da aquisição de unidades de participação de alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE) não tendo, todavia, por razões diversas, sido possível concretizar a aquisição referida. A carteira da SAGESECUR continuava assim, no final de 2022, a ser constituída por unidades de participação em dois fundos de investimento imobiliário – Fundo Fundiestamo I e Imopoupança - ambos geridos pela Fundiestamo, sociedade do Grupo PARPÚBLICA especializada na gestão de fundos de investimento



imobiliário. O valor global da carteira ascendeu a 13,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,1% face ao registado no ano transato. Esta variação é explicada pelo aumento do valor das UP do Fundiestamo I e das aquisições das mesmas no âmbito do Contrato de Criação de Mercado.

O FNRE tem como principal objetivo o desenvolvimento e a concretização de projetos de reabilitação de imóveis para a promoção do arrendamento, em especial o habitacional, tendo em vista a regeneração urbana e o repovoamento dos centros urbanos, pretendendo alcançar, numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente do investimento. Através da aquisição de unidades de participação de subfundos do FNRE a SAGESECUR pretende refletir a prossecução da linha estratégia que tem vindo a ser seguida no sentido de aliar a sua política de investimentos e de valorização dos seus ativos com a preocupação de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

A SAGESECUR, enquanto sociedade instrumental inserida no universo do Grupo PARPÚBLICA, pauta a sua atividade de acordo com as principais orientações estratégicas estabelecidas para o Grupo, especificamente no que se refere aos negócios que são geridos pela Sociedade. A gestão da SAGESECUR procura igualmente assegurar que a condução dos negócios é feita em termos que contribuam para a consolidação da sua situação patrimonial, garantir o cumprimento de todas as obrigações financeiras e contratuais e certificar-se que possam vir a ser assumidos projetos ou negócios que os acionistas entendam atribuir-lhe dada a sua natureza de sociedade instrumental. Para além destas orientações estratégicas e dada a sua natureza instrumental não têm sido definidos objetivos de gestão quantificáveis, já que a atividade da SAGESECUR está dependente da avaliação ao nível do Estado ou do Grupo quanto ao interesse da sua intervenção.

A SAGESECUR encerrou o presente ano com um resultado líquido positivo de 2 363 milhares de euros, refletindo assim uma diminuição de 274,4 milhares de euros face a 2021. Esta variação negativa refletiu-se nas rentabilidades dos capitais próprios, das vendas e serviços prestados e do ativo, com uma variação de -1%, -3,9% e -0,4%. Com impacto positivo no resultado líquido, destaca-se a redução dos juros e gastos suportados, no montante de 156 milhares de euros, totalmente anulado com o impacto negativo dos gastos/reversões de depreciações e de amortizações, no montante de 300 milhares de euros.



O total do Ativo da SAGESECUR atingiu 87,7 milhões de euros no final de 2022, o que representa um aumento de 2,8 milhões de euros (3,3%) face a dezembro de 2021. Para esta evolução contribuiu, sobretudo, o aumento de 2,2 milhões de euros (4,4%) de Ativos fixos tangíveis. O total do passivo aumentou 438 milhares de euros (+1%) face a 2021, salientando-se nesta evolução o comportamento de outras contas a pagar, que teve uma evolução positiva de 151,3 milhares de euros, e o reconhecimento de passivos por impostos diferidos, no montante de 253 milhares de euros. No final de 2022, a SAGESECUR teve de recorrer a suprimentos num montante de 62 000 euros. Esta necessidade teve subjacente a insuficiente receita própria destinada ao financiamento da aquisição de UP do Fundo Fundiestamo I. Não obstante a SAGESECUR ter disponibilidades de tesouraria, as restrições orçamentais decorrentes das normas em vigor e aplicáveis às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), implicam que algumas alterações orçamentais careçam do competente despacho autorizador. Em 2022, a SAGESECUR aumentou a capacidade de pagar os seus compromissos, com uma variação do rácio de solvabilidade de 4,4%, bem como as dívidas deixaram de exceder os recursos próprios, pelo que o rácio de endividamento deixou de ser superior a 100%.

Por fim, no decorrer do ano 2022 foi criado o website da SAGESECUR, www.sagesecur.pt onde é possível aceder a um conjunto de informação económica, financeira e institucional da Sociedade, prevista no DL nº 133/2013, de 3 de outubro.

Principais Indicadores

Indicadores	2022	2021	Variação	
			unidade:€	
			Absoluta	%
Volume de negócio	7 104 000,00	7 104 000,00	0,00	0,0%
Meios Libertos Brutos (EBITDA)	8 182 475,41	8 272 044,36	-89 568,95	-1,1%
Resultado operacional (EBIT)	3 967 984,07	4 357 522,34	-389 538,27	-8,9%
Resultados Financeiros	844 806,80	1 000 372,60	-155 565,80	-15,6%
RAI	3 123 177,27	3 357 149,74	-233 972,47	-7,0%
RL	2 363 018,46	2 637 465,45	-274 446,99	-10,4%
Indicadores	31/12/2022	31/12/2021	Absoluta	%
Ativo	87 714 540,91	84 913 046,60	2 801 494,31	3,3%
Passivo	43 717 674,02	43 279 198,17	438 475,85	1,0%
Capital Próprio	43 996 866,89	41 633 848,43	2 363 018,46	5,7%
Ativo corrente	35 116 881,13	34 245 025,68	871 855,45	2,5%
Passivo corrente	1 163 154,26	1 039 198,17	123 956,09	11,9%
Passivo não corrente	42 554 519,76	42 240 000,00	314 519,76	0,7%
Endividamento	42 302 000,00	42 240 000,00	62 000,00	0,1%
Número de empregados	0,00	0,00	-	-

Rádios	Formúlas	2022	2021	Variação
Estrutura/Endividamento				
Autonomia Financeira (%)	Capital pp/Ativos	50,2%	49,0%	1,1%
Solvabilidade (%)	Capital pp/Passivo	100,6%	96,2%	4,4%
Endividamento (%)	Passivo/capital PP	99,4%	104,0%	-4,6%
Rácio de endividamento a médio e longo prazo (%)	Passivo não corrente/ capital pp	96,7%	101,5%	-4,7%
Rácio de endividamento a curto prazo(%)	Passivo corrente/capitais pp	2,6%	2,5%	0,1%
Funcionamento				
Prazo médio de recebimentos (%)	Clientes/Vendas e serviços prestados	10,3%	10,3%	0,0%
Liquidez				
Fundo de maneio	ativo corrente-passivo corrente	33 953 726,87 €	33 205 827,51 €	747 899,36 €
Rentabilidade económica				
Rentabilidade do ativo (%)	Resultado líquido do período / Ativo	2,7%	3,1%	-0,4%
Venda e serviços prestados por emprego (%)	Vendas e serviços prestados / N.º de empregados	n.d	n.d.	-
Rentabilidade económica (%)	EBIT / Ativo	4,5%	5,1%	-0,6%
Rentabilidade do investimento (%)	Resultado antes de imposto / (Capital próprio + Passivo não corrente)	3,6%	4,0%	-0,4%
Custo líquido de financiamento	Juros e gastos similares suportados - Juros e rendimentos similares obtidos	844 806,80 €	1 000 372,60 €	-155 565,80 €
Rentabilidade Financeira				
Rentabilidade das vendas e serviços prestados (%)	Resultado líquido do período / Vendas e serviços prestados	33,3%	37,1%	-3,9%
Rentabilidade do ativo	RO/ativo	4,5%	5,1%	-0,6%
Rentabilidade do capital próprio	RL/ CapitalPróprio	5,4%	6,3%	-1,0%
Diversos				
Novos Investimentos com expressão material		6 414 989,54 €	8 375 886,05 €	-1 960 896,51 €
Risco de negócio		0,0%	0,0%	0,0%
Risco de Exposição	Exposição do volume de negocio a fatores exógenos	0,0%	0,0%	0,0%



II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

a) Objetivos de Gestão

Aquando da eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triênio de 2021-2023, na assembleia geral ocorrida em 30 de março de 2021, foram definidas as seguintes orientações estratégicas para o mandato:

“Sendo a SAGESECUR uma sociedade instrumental inserida no universo do Grupo PARPÚBLICA, deverá pautar a sua atividade de acordo com as principais orientações estratégicas estabelecidas para o Grupo, especificamente no que se refere aos negócios que são geridos pela sociedade.

Em particular, no acompanhamento dos contratos relativos ao material circulante em utilização no eixo ferroviário Norte-Sul, principal ativo da sociedade, a gestão deverá procurar acompanhar a evolução que vier a ocorrer naquela concessão tendo em vista a salvaguarda das condições financeiras de utilização deste ativo em termos que permitam garantir o seu valor e a recuperação do investimento efetuado.

A gestão deverá ainda assegurar que a condução dos negócios é feita em termos que contribuam para a consolidação da sua situação patrimonial e garantam o cumprimento de todas as suas obrigações financeiras e contratuais.

Deverá, ainda, garantir as condições indispensáveis para que a sociedade possa vir a assumir os projetos ou negócios que a acionista entenda atribuir-lhe dada a sua natureza de sociedade instrumental.”

Além destas orientações estratégicas, não foram definidos para o mandato objetivos de gestão quantificados e anualizados. A sociedade não é parte em Contratos-Programa, Contratos de Prestação de Serviço Público ou de Interesse Económico Geral. Assim a condução dos negócios da sociedade tem tido como referência central não só o estrito cumprimento de todas as orientações legais definidas para o conjunto do setor empresarial público, como é inerente à natureza da própria sociedade e do seu acionista, e no Estatuto do Gestor Público. É dada primazia à salvaguarda do valor dos seus ativos e à rentabilização dos negócios na linha das orientações estratégicas definidas, incluindo as orientações do acionista nos negócios relacionados com a gestão de ativos financeiros e com atividades desenvolvidas no seio do Grupo e com a rentabilização do material circulante ferroviário.



b) Grau de Execução do Plano de Atividades e Orçamento 2022

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022 foi aprovado por deliberação acionista de 7 de outubro de 2021, na sequência do Despacho nº 816/2021-SET, de 22 de setembro, proferido pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro tendo por base a apreciação favorável constante do Relatório de Análise nº 241/2021 da UTAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022 (“PAO”) refletiu as expectativas relativamente aos dois contratos celebrados com a FERTAGUS, revistos no final de 2019, que se relacionam com o material circulante ferroviário – o principal ativo da sociedade - ou seja, um contrato de locação operacional, no âmbito do qual a SAGESECUR recebe da FERTAGUS as correspondentes rendas, e um contrato de prestação de serviços de manutenção, ao abrigo do qual a SAGESECUR paga à FERTAGUS os serviços de manutenção por esta prestados.

A atividade desenvolvida ao longo de 2022 permitiu dar execução ao PAO aprovado nos termos que, de forma muito sumária, a seguir se apresentam:

i) Gastos com pessoal

Quanto aos gastos com pessoal, considerando que a SAGESECUR continua a não dispor de um quadro de pessoal próprio, os encargos identificados traduzem exclusivamente o montante pago aos membros da mesa da assembleia geral a título de senhas de presença.

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração paga pela sociedade.

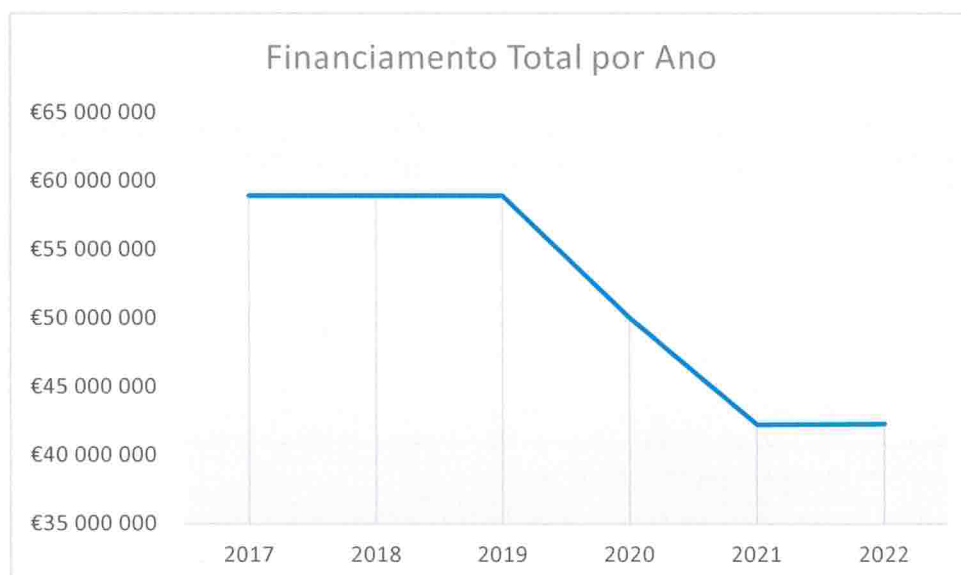
ii) Endividamento

Até ao momento, o financiamento da sociedade tem sido assegurado mediante atribuição de suprimentos do acionista, em termos que respeitam os preços de transferência.

No PAO para o ano de 2022, a receita própria não era suficiente para fazer face ao investimento estimado, projetando-se a necessidade de recorrer a suprimentos, no montante de 9 150 mil euros.

A não execução do investimento em subfundos no FNRE conduziu a que o aumento do endividamento fosse residual face ao projetado para 2022. Como a execução de despesa de investimento em UP do FII Fundiestamo I excedeu o montante financiado por receita própria, a SAGESECUR aumentou os suprimentos obtidos em 62 000 euros, contrariando a trajetória decrescente do endividamento, registada nos dois anos anteriores.

Em 2022, apesar de não estar previsto no orçamento para esse mesmo ano, a SAGESECUR amortizou 695 000 euros de juros de suprimentos. O valor pago respeita a parte dos juros vencidos em anos anteriores, explicando-se assim a não coincidência com os gastos financeiros constantes da demonstração de resultados de 2022.



Em 2022, a taxa de juro dos suprimentos foi de 2,0%, igual à considerada na elaboração do PAO.

(em euros)

Controlo dos limites do endividamento	2021	2022	2022	Variação 2022 (real vs orçamento)	
	Execução	PAO	Execução	Valor	%
Endividamento Remunerado	42 240 000	51 390 000	42 302 000	-9 088 000	-18%
Juros Anuais endividamento	1 000 373	911 474	844 807	-66 667	-7%

iii) Operações não previsíveis ou estimáveis

Dada a elevada imprevisibilidade, não são incluídas no PAO quaisquer estimativas de variação de justo valor. A variação de justo valor das UPs do Fundiestamo I teve um impacto positivo de 329 milhares de euros. Em 2022, concretizou-se a venda de peças sobresselentes, que não podem ser utilizadas nas UQE após a modernização das mesmas. Esta transação, não previsível, gerou uma mais-valia de aproximadamente 6 milhares de euros.

iv) Grau de Execução do Orçamento

Os principais desvios entre as demonstrações financeiras previsionais e reais estão, na sua essência, relacionados com as situações anteriormente descritas. Importa por fim referir que não foram implementadas medidas corretivas dos desvios observados, uma vez que estes derivam de fatores exógenos, fora do controlo da sociedade e relativamente aos quais, dada a natureza da atividade da empresa, não existem forma de os corrigir ou antecipar.

	2022			Observações/medidas
	PAO	Executado	Desvio (+/-)	
Resultado Líquido	1 803 700,39 €	2 363 018,46 €	559 318,07 €	
EBITDA	7 409 684,90 €	8 182 475,41 €	772 790,51 €	
Resultado operacional - EBIT(a)	3 194 639,02 €	3 638 608,46 €	443 969,44 €	
Volume de negócios (b)	7 104 000,00 €	7 104 000,00 €	0,00 €	
Endividamento	51 390 000,00 €	42 302 000,00 €	-9 088 000,00 €	
Dívida Financeira Líquida (c)/EBITDA	4,36	2,67	-1,69	

(a) RO líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

(b) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são considerados no VN

(c) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

Rubricas	Orçamento	Orçamento	Real	Real	Variação		Desvios	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	Orçamento	Real	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(2) - (1)	(4) - (3)	(5)=[(4)-(3)] - [(2)-(1)]	
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	50 031 762,43	52 231 706,08	50 031 762,42	52 222 556,18	2 199 943,66	2 190 793,76	- 9 149,90	0%
Ativos por impostos diferidos	559 763,97	224 138,70	636 258,50	375 103,60	- 335 625,26	- 261 154,90	74 470,36	-22%
	50 591 526,39	52 455 844,79	50 668 020,92	52 597 659,78	1 864 318,40	1 929 638,86	65 320,46	4%
Ativo corrente								
Clientes	728 160,00	728 160,00	728 160,00	728 160,00	-	-	-	n.d.
Estado e outros entes públicos	760 335,46	1 318 123,66	760 316,60	610 175,52	557 788,20	- 150 141,08	- 707 929,28	-127%
Diferimentos	7,33	7,33	7,33	-	-	7,33	- 7,33	n.d.
Ativos financeiros de negociação	13 801 984,72	23 091 984,72	12 823 624,71	13 354 295,47	9 290 000,00	530 670,76	- 8 759 329,24	-94%
Caixa e depósitos bancários	18 991 363,73	19 090 934,35	19 932 917,04	20 424 250,14	99 570,63	491 333,10	391 762,47	393%
	34 281 851,24	44 229 210,06	34 245 025,68	35 116 881,13	9 947 358,82	871 855,45	- 9 075 503,37	-91%
Total do Ativo	84 873 377,63	96 685 054,85	84 913 046,60	87 714 540,91	11 811 677,22	2 801 494,31	- 9 010 182,91	-76%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Capital próprio								
Capital	22 500 000,00	22 500 000,00	22 500 000,00	22 500 000,00	-	-	-	n.d.
Reservas legais	2 020 024,32	2 148 629,51	2 020 024,32	2 151 897,59	128 605,19	131 873,27	3 268,08	3%
Outras reservas	83 244,56	83 244,56	83 244,56	83 244,56	-	-	-	n.d.
Resultados transitados	14 393 114,10	16 836 612,69	14 393 114,10	16 898 706,28	2 443 498,59	2 505 592,18	62 093,59	3%
Resultado líquido do período	38 996 382,98	41 568 486,76	38 996 382,98	41 633 848,43	2 572 103,78	2 637 465,45	65 361,67	3%
	2 572 103,78	1 803 700,39	2 637 465,45	2 363 018,46	- 768 403,40	- 274 446,99	493 956,41	-64%
Total do Capital Próprio	41 568 486,76	43 372 187,15	41 633 848,43	43 996 866,89	1 803 700,39	2 363 018,46	559 318,07	31%
Passivo								
Passivo não corrente								
Financiamentos obtidos	42 240 000,00	51 390 000,00	42 240 000,00	42 302 000,00	9 150 000,00	62 000,00	- 9 088 000,00	-99%
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	252 519,76	-	252 519,76	252 519,76	n.d.
	42 240 000,00	51 390 000,00	42 240 000,00	42 554 519,76	9 150 000,00	314 519,76	- 8 835 480,24	-97%
Passivo corrente								
Fornecedores	-	-	-	861,00	-	861,00	861,00	n.d.
Estado e outros entes públicos	53 497,14	-	28 239,09	-	- 53 497,14	- 28 239,09	25 258,05	-47%
Outras contas a pagar	1 011 393,73	1 922 867,70	1 010 959,08	1 162 293,26	911 473,97	151 334,18	- 760 139,79	-83%
	1 064 890,87	1 922 867,70	1 039 198,17	1 163 154,26	857 976,83	123 956,09	- 734 020,74	-86%
Total do Passivo	43 304 890,87	53 312 867,70	43 279 198,17	43 717 674,02	10 007 976,83	438 475,85	- 9 569 500,98	-96%
Total do Capital Próprio e do Passivo	84 873 377,63	96 685 054,85	84 913 046,60	87 714 540,91	11 811 677,22	2 801 494,31	- 9 010 182,91	-76%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Orçamento	Real	Desvios 2022	
	12M2022	12M2022	Valor	%
	(1)	(2)	(2)-(1)	
Vendas e serviços prestados	7 104 000,00	7 104 000,00	0,00	0%
Fornecimentos e serviços externos	-43 465,10	-39 364,77	4 100,33	-9%
Gastos com pessoal	-850,00	-850,00	0,00	0%
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	329 375,61	329 375,61	n.d.
Outros rendimentos e ganhos	350 000,00	790 384,71	440 384,71	126%
Outros gastos e perdas	0,00	-1 070,14	-1 070,14	n.d.
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7 409 684,90	8 182 475,41	772 790,51	10%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-4 215 045,88	-4 214 491,34	554,54	0%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 194 639,02	3 967 984,07	773 345,05	24%
Juros e gastos similares suportados	-911 473,97	-844 806,80	66 667,17	-7%
Resultado antes de impostos	2 283 165,05	3 123 177,27	840 012,22	37%
Imposto s/ rendimento do período	-479 464,66	-760 158,81	-280 694,15	59%
Resultado líquido do período	1 803 700,39	2 363 018,46	559 318,07	31%



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Orçamento	Real	Desvios 2022	
	12M2022	12M2022	Valor	%
	(1)	(2)	(2)-(1)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes	8 737 920	8 737 920	-	0%
Pagamentos a fornecedores	-43 465	-38 022	5 443	-13%
Pagamentos ao pessoal	-850	-850	0	0%
Fluxo gerados pelas operações	8 693 605	8 699 048	5 443	0%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-505 117	-192 410	312 708	-62%
Outros recebimentos/pagamentos	-408 480	0	408 480	-100%
Fluxo gerados antes das rubricas Extraordinárias	7 780 008	8 506 639	726 631	9%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	7 780 008	8 506 639	726 631	9%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:	-17 180 437	-8 091 732	9 088 705	-53%
Ativos fixos tangíveis	-7 890 437	-7 890 437	0	0%
Ativos Financeiros	-9 290 000	-201 295	9 088 705	-98%
Recebimentos provenientes de:	350 000	709 427	359 427	103%
Activos fixos tangíveis	0	19 426	19 426	n.d.
Juros e rendimentos similares	350 000	690 001	340 001	97%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-16 830 437	-7 382 305	9 448 132	-56%
Fluxos de caixa das atividade de financiamento				
Recebimentos provenientes de:	9 150 000	62 000	-9 088 000	-99%
Financiamentos obtidos	9 150 000	62 000	-9 088 000	-99%
Pagamentos respeitantes a:	0	-695 000	-695 000	n.d.
Juros e gastos similares	0	-695 000	-695 000	n.d.
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	9 150 000	-633 000	-9 783 000	-107%
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	99 571	491 333	391 762	393%
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	0	19 932 917	19 932 917	n.d.
Caixa e seus equivalentes no fim do período	99 571	20 424 250	20 324 680	20412%

O facto de o montante de IVA a recuperar não ser tão elevado como o previsto, tem o seu fundamento no facto de as datas estimadas para a execução das grandes reparações terem sido diferentes das executadas, atrasando assim o pagamento de IVA.

Por fim é de realçar a variação positiva de 20,3 milhões de euros na rubrica de Caixa e Seus Equivalentes no final do período, sendo a mesma explicada não só por a SAGESECUR ser uma Entidade Pública Reclassificada (EPR) e como tal, o PAO, não considera no início do período as disponibilidades existentes no final do exercício transato, mas também pela ausência da execução de compras de UP dos novos subfundos do FNRE e do pagamento de IVA, razões anteriormente elencadas.

c) Investimento

O investimento feito pela SAGESECUR corresponde à aquisição de UP e às intervenções de manutenção do material circulante, uma vez que, dada a natureza da manutenção, corresponde a valores capitalizáveis.



O investimento associado ao Contrato de Criação de Mercado, celebrado entre a SAGESECUR e o CaixaBI, com o objetivo de assegurar liquidez no mercado secundário das UP do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I, traduz-se na aquisição de unidades de participação do FII Fundiestamo I, apoiando assim a atividade da Fundiestamo. Desta forma, o nível de intervenção da SAGESECUR, comprando ou vendendo UP, depende das condições de mercado e das intenções dos investidores e, conseqüentemente, contém elementos de imprevisibilidade para a empresa. Em 2022, verificou-se que a aquisição de unidades de participação do FII Fundiestamo I foi inferior ao previsto, não existindo lugar a medidas corretivas, atendendo às características do enquadramento já descritas.

Para além dos investimentos referidos, a SAGESECUR projetou a aquisição de unidades de participação em alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FRNE), todavia, não foi possível por circunstâncias que obstaculizaram o desenvolvimento dos mesmos. No decorrer de 2023, assim que estejam ultrapassadas as vicissitudes que afetam o desenvolvimento do subfundos do FRNE, a SAGESECUR estará em condições de poder avaliar e adquirir unidades de participação dos mesmos, financiando este instrumento de Políticas Públicas de Habitação da classe média.

No que concerne ao investimento relacionado com a manutenção do material circulante, enquadrado pelo contrato de prestação de serviços de manutenção celebrado com a FERTAGUS, importa referir que a execução deste exercício corresponde à prevista no novo contrato, que foi sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

(em euros)

Investimento/Projeto	PAO 2022	Executado 2022			Desvio	Observ.
		TOTAL	Rec. Própria	Endividamento		
UP's do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I	840 000,00	201 295,15	140 000,00	61 295,15	-638 704,85	<i>n.a.</i>
UP's do Fundo de Investimento FNRE	8 450 000,00	0,00	0,00	0,00	-8 450 000,00	<i>n.a.</i>
Manutenção das carruagens*	6 414 989,54	6 414 989,54	6 414 989,54	0,0	0,0	<i>n.a.</i>
TOTAL	15 704 989,54	6 616 284,69	6 554 989,54	61 295,15	-9 088 704,86	

* Valores sem IVA



d) Execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE

Análise global da Receita e da sua estrutura – recursos financeiros previstos e executados versus análise de desvios

Os recursos financeiros globais da SAGESECUR assentam fundamentalmente no recebimento das rendas cobradas à Fertagus no quadro de um contrato de locação operacional celebrado com a Fertagus e ainda nos rendimentos obtidos enquanto titular de UP de fundos de investimento imobiliário.

No orçamento de receita para 2022 foi também contemplada a obtenção de novos suprimentos junto da acionista PÁRPÚBLICA, no valor de 9,15 milhões de euros.

Análise da Receita

Controlo Orçamental - Receita 2022

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Previsões corrigida (4)	Receitas por cobrar no início do ano (5)	Receitas liquidadas (6)	Liquidações anuladas (7)	Receitas cobradas brutas do ano e de anos anteriores (8)	Receita cobrada líquida (9)	Receitas por cobrar no final do ano (10)=(5)+(6)-(7)-(8)	Grau de execução orçamental das receitas	
Código (1)	Descrição (2)									Face às Prev. Iniciais (11)=(9)/(10)	Face às Prev. Corrigidas
FONTE DE FINANCIAMENTO 513 - RP ANO - C/ OUTRAS ORIGENS		9 087 920	29 106 320	865 870	29 435 650	0	29 400 860	29 400 860	900 660	324%	101%
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	9 087 920	9 087 920	865 870	9 427 921	0	9 393 131	9 393 131	900 660	103%	103%
05.07.01	Dividendos e Particip. Lucros de Soc.	350 000	350 000	137 710	690 001	0	655 211	655 211	172 500	187%	187%
05.10.99	Rendas - Outras	8 737 920	8 737 920	728 160	8 737 920	0	8 737 920	8 737 920	728 160	100%	100%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0	19 426	0	19 426	0	19 426	19 426	0	n.d.	100%
08.01.99	Outras	0	19 426	0	19 426	0	19 426	19 426	0	n.d.	100%
15	REP./ABATIDAS PAGAMENTOS	0	66 056	0	55 386	0	55 386	55 386	0	n.d.	84%
15.01.01	Receitas Consignadas-RNAP	0	66 056	0	55 386	0	55 386	55 386	0	n.d.	84%
16	SALDO DE GERÊNCIA	0	19 932 918	0	19 932 917	0	19 932 917	19 932 917	0	n.d.	100%
16.01.03	Saldo da gerência anterior	0	19 932 918	0	19 932 917	0	19 932 917	19 932 917	0	n.d.	100%
FONTE DE FINANCIAMENTO 714 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO											
12	PASSIVOS FINANCEIROS	9 150 000	9 150 000	0	62 000	0	62 000	62 000	0	1%	1%
12.07.04	Adm. Públicas - Ad. Central - SFA	9 150 000	9 150 000	0	62 000	0	62 000	62 000	0	1%	1%
TOTAL FF 513 + 714		18 237 920	38 256 320	865 870	29 497 650	0	29 462 860	29 462 860	900 660	162%	77%

No decurso da execução de 2022, são de destacar os seguintes factos relevantes:

- No agrupamento 05 – Rendimentos da Propriedade, para além do recebimento das rendas da FERTAGUS (R.05.10.99), a rubrica R.05.07.01 reflete o rendimento em 2022 por conta dos investimentos financeiros realizados.
- O agrupamento 08 – Outras receitas correntes, reflete a venda à CP de vários compressores, peças já não suscetíveis de aplicação no material circulante, que faz parte do ativo da SAGESECUR.
- O agrupamento 12 – Passivos Financeiros, evidencia a concessão à Sociedade pela acionista PÁRPÚBLICA dos suprimentos necessários à solvência dos respetivos compromissos assumidos na FF 714.
- O agrupamento 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos, reflete uma devolução da AT referente a impostos.



- O agrupamento 16 – Saldo da gerência anterior, dado a SAGESECUR ser uma entidade pública reclassificada, integrando o perímetro do Orçamento do Estado, foi registada a sua integração em receita, que corresponde ao saldo de tesouraria em 31.12.2021.

Em 2022 a execução da receita, que significou 77% do valor das previsões corrigidas, apresenta um desvio favorável face ao orçamentado em consequência, fundamentalmente da integração em receita do saldo de gerência do ano anterior. O recurso ao financiamento acionista, que se havia previsto em 9.150.000 euros (Passivo Financeiro) - registou um decréscimo de 99% representando igualmente, no final do ano, um endividamento inferior ao que se havia projetado em orçamento, em consequência da não execução de todo o investimento que foi estimado.

Análise da Despesa Controlo Orçamental - Despesa 2022

Classificação económica		Dotações iniciais (3)	Dotações corrigidas (4)	Cativos ou congelados (5)	Compromissos assumidos (6)	Despesas pagas			Grau de execução orçamental das despesas (11)=(7)/(4)x100	
Código (1)	Descrição (2)					Ano (7)	Dotação não comprometida (8)=(4)-(5)-(6)	Saldo (9)=[(4)-(5)]-(7)		Compromissos por pagar (10) = (8)-(7)
FONTE DE FINANCIAMENTO 513 - RP ANO - C/ OUTRAS ORIGENS		8 988 349	8 988 349	0	8 978 273	8 977 315	10 076	11 034	958	100%
01	DESPEAS COM O PESSOAL	850	850	0	850	850	0	0	0	100%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	43 465	43 465	0	38 553	37 692	4 912	5 773	861	87%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	0	695 000	0	695 000	695 000	0	0	0	100%
06	OUTRAS DESPEAS CORRENTES	913 597	218 596	0	213 433	213 336	5 163	5 260	97	98%
07	AQUISIÇÕES DE BENS DE CAPITAL	7 890 437	7 890 438	0	7 890 437	7 890 437	1	1	0	100%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	140 000	140 000	0	140 000	140 000	0	0	0	100%
FONTE DE FINANCIAMENTO 714 - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO										
09	ACTIVOS FINANCEIROS	9 150 000	9 150 000	0	61 295	61 295	9 088 705	9 088 705	0	1%
TOTAL FF 513 + 714		18 138 349	18 138 349	0	9 039 588	9 038 610	9 098 781	9 099 739	958	50%

Com referência ao quadro acima apresentado, a rubrica relativa aos custos com pessoal reflete, unicamente, o valor das senhas de presença dos dois membros da mesa da Assembleia Geral (AG) atento o facto da Sociedade, como mencionado, não dispor de quadro de pessoal.

As despesas do agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços – incluem essencialmente despesas com os serviços de contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas, ambas indispensáveis ao funcionamento da empresa.

De realçar que a empresa não suporta gastos com pessoal, comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento.



De referir que face à execução de receita, foi possível inscrever no agrupamento 03 – Juros e outros encargos o valor de 695 mil euros e, assim, pagar parte dos juros de anos anteriores, no âmbito do financiamento com a natureza de suprimentos existente entre a Sociedade e a acionista.

O agrupamento 06 - outras despesas correntes – está relacionado com o pagamento de impostos diversos.

O agrupamento 07 – Aquisição de bens de capital – inclui o investimento nas grandes reparações do material circulante.

Por último, o agrupamento 09 – Ativos financeiros – está relacionado com a execução do Contrato de Criação de Mercado, celebrado em 2008 entre a SAGESECUR e o CaixaBI, contrato este que tem como objetivo assegurar liquidez no mercado secundário das UP do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I. Neste âmbito, havia sido previsto para 2022 um investimento de aproximadamente 0,84 milhões de euros, mas a necessidade de intervenção no mercado por via de aquisição de UP revelou-se inferior à estimada. Para além do investimento referido, a estimativa do plano de investimentos teve também em conta a perspetiva de a SAGESECUR, no cumprimento da sua função instrumental para a concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para a PARPÚBLICA, vir a diversificar a sua carteira de títulos através da aquisição de unidades de participação em alguns subfundos do Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado (FNRE), que viessem a ser constituídos em 2022, geridos pela Fundiestamo – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., o qual não teve execução.

Em consequência da execução da despesa nos termos atrás descritos, o recurso ao financiamento acionista, que se havia previsto em igual montante – 9.150.000 euros (Passivo Financeiro) - registou um decréscimo de 99% representando igualmente, no final do ano, um endividamento inferior ao que se havia projetado em orçamento por inexistência de execução no subfundo FNRE.

Em suma, no que se refere aos pagamentos efetivos, em 2022 a despesa teve um grau de execução de 50% face ao orçado, sendo a diferença justificada maioritariamente pela menor aquisição de UP do Fundo de Investimento Imobiliário Fundiestamo I e da não execução do FNRE.

2. Gestão do Risco Financeiro

Não tendo ocorrido qualquer alteração no perfil de atividade da SAGESECUR, o risco financeiro continua, como em anos anteriores, associado à sua exposição aos mercados financeiros, traduzindo-se essencialmente no risco de liquidez e no risco de taxa de juro.



Quanto ao risco de liquidez, que se pode definir como a possibilidade da SAGESECUR não ser capaz de honrar as suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar as suas operações ou incorrer em perdas significativas, há a referir que não se antecipam dificuldades na obtenção de fundos, sendo eventuais necessidades de financiamento colmatadas por suprimento do acionista ou por recursos do OE, dado a empresa ser uma EPR. As necessidades de financiamento pressupõem a sua prévia aprovação no âmbito do plano de atividades, onde as mesmas estarão refletidas e, dado a natureza de EPR, não poderão ser asseguradas diretamente por recurso ao mercado.

Já o *risco de taxa de juro* é um risco que poderá ter impacto sobre os gastos de financiamento, na medida em que, não só as taxas de juro cobradas nos suprimentos existentes poderão ser ajustadas em função das condições de financiamento do acionista e das flutuações do mercado, como um eventual financiamento por via do OE terá sempre um custo associado que reflete as condições de financiamento do Estado.

unidade:€

Anos	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	844 806,80	1 000 372,60	1 254 392,32	1 736 961,79	1 983 920,39	2 236 183,60
Taxa Média de Financiamento (%)	2,000%	2,000%	2,180%	2,947%	3,366%	3,794%

3. Limite do Crescimento do Endividamento

Variação do Endividamento (execução)	Ano 2022	Ano 2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	42 302 000,00	42 240 000,00
Capital Social/Capital Estatutário	22 500 000,00	22 500 000,00
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	6 414 989,54	8 375 886,05
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-9,8%	

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

A receita própria não foi suficiente para financiar a aquisição de UP tendo sido contraído suprimentos do acionista no montante de 62 000 euros. De referir que o investimento em unidades de participação do FII Fundiestamo I está associado ao Contrato de Criação de Mercado, sendo o nível de intervenção da SAGESECUR dependente das condições de mercado e das intenções dos investidores.

4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

Da aplicação dos critérios constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, resulta que o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da SAGESECUR em 2022 foi de 42 dias, verificando-se assim um aumento de 10 dias quando comparado com o PMP de 2021.

O prazo médio de pagamentos alcançado em 2022 foi fortemente influenciado pelas faturas das grandes reparações das UQE. Atendendo à materialidade dos valores em causa, foram reforçados os procedimentos subjacentes à validação dos montantes a pagar, o que originou o alargamento do PMP registado. Se esta situação fosse expurgada, registrar-se-iam valores idênticos aos de anos anteriores. Para 2023, o Conselho de Administração da SAGESECUR considerará a redução do PMP como um objetivo de gestão.

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
Prazo (dias)	42	32	10	31,3%

Já no que respeita a dívidas vencidas, nos termos do Decreto-Lei n.º 65- A/2011, de 17 de maio, a Sociedade não apresenta qualquer atraso nos pagamentos.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	861	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0	0
Total	861	0	0	0	0	0

5. Cumprimento das Recomendações dos Acionistas

Aquando da aprovação das contas referentes ao exercício de 2021 não foram emitidas quaisquer orientações e a Certificação Legal de Contas não continha reservas.

As únicas orientações em vigor são as orientações estratégicas para o mandato 2021 - 2023, nos termos já anteriormente apresentados, as quais têm vindo a ser prosseguidas pela gestão.

6. Remunerações

a) Remuneração dos órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido no Ano (€)
2021-2023	Presidente	Ana Paula da Costa Ribeiro	500,00 €	500,00 €
2021-2023	Secretário	Tiago Manuel Rodrigues Estevinho	350,00 €	350,00 €
				850,00 €

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)			Indicação do número total de mandatos	
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)		Identificação da data da autorização e Forma
2021-2023	Presidente Não Executivo	Jaime Serrão Andrez	AG	30/03/2021	N	-	D	NA	2
2021-2023	Vogal Executivo	João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	AG	30/03/2021	N	-	D	NA	2
2021-2023	Vogal Não Executivo	Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	AG	30/03/2021	N	-	D	NA	2

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem ou opção pela média dos últimos 3 anos - prevista nos n.ºs 8 e 9 do artigo 28.º do EGP, indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

De acordo com a deliberação acionista e com o disposto no estatuto do Gestor Público os membros do conselho de administração não são remunerados. Em consequência o montante anual pago pela sociedade referente a remuneração dos administradores, a qualquer título – remuneração fixa, despesas de representação ou prémio – é nulo.

Relativamente a situações de acumulação de funções não existe qualquer situação passível de criar qualquer incompatibilidade, sendo a situação a seguinte:

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
Jaime Serrão Andrez	Parpública,SGPS, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa	Docência	Público	Despacho n.º 495/20 – SET
	CE - Circuito Estoril	Presidente do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)
	Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	04/08/2020 (DUE)
	EPS - EFACEC POWER SOLUTIONS, SGPS	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	02/10/2020 (DUE)
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	Parpública,SGPS, S.A.	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	CE - Circuito Estoril	Vogal Não Executivo do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)
	Universidade Católica Portuguesa	Docência	Privado	Despacho n.º 591/2020 – SET
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	Parpública,SGPS, S.A.	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	24/07/2020 (DUE)
	CE - Circuito Estoril	Vogal Executivo do Conselho de Administração	Público	06/08/2020 (DUE)

Face ao já referido, a situação no que respeita à fixação de remunerações para os membros do órgão de administração é a seguinte:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Jaime Serrão Andrez	S	NA	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	S	NA	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	S	NA	0	0

A DUE que procedeu à eleição dos órgãos sociais fixou o regime remuneratório dos membros do Conselho de Administração, estabelecendo que o exercício do cargo não é remunerado.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Jaime Serrão Andrez	0	0	0	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	0	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	0	0	0
			0	0	0

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Para além de não estar prevista a atribuição de remuneração, a qualquer título, os membros do órgão de administração também não beneficiam na sociedade de benefícios sociais de qualquer natureza.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Jaime Serrão Andrez	0	0	CGA	0	0	NA	NA	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	SS	0	0	NA	NA	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	SS	0	0	NA	NA	0
		0		0	0	0		0

Também não se encontra estabelecida a atribuição de telemóvel ou viatura.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N.º]
Jaime Serrão Andrez	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	NA	0	NA	NA	NA	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

A sociedade não suporta quaisquer despesas associadas a deslocações em serviço ou de qualquer outra natureza, efetuadas pelos administradores.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Jaime Serrão Andrez	0	0	0	NA	0	0
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	0	0	0	NA	0	0
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	0	0	0	NA	0	0
						0

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	Fiscal Único Efetivo	Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202; CMVM n.º 20160813)	1202	20160813	DUE	30/03/2021	30/04/2021	-	5
2021-2023	Fiscal Único Suplente	Dr. Carlos António Lisboa Nunes	427	20160131	DUE	30/03/2021		-	5

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2022 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2022 (€)			
	Valor* (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes (ROC n.º 1202; CMVM n.º 20160813)	21 285,84 €		21 285,84 €				0,00 €
Dr. Carlos António Lisboa Nunes			0,00 €				0,00 €

b) Auditor Externo

A sociedade não dispõe de Auditor Externo.

c) Dos restantes trabalhadores

A SAGESECUR continua a não dispor de quadro próprio de colaboradores e, conseqüentemente, não suporta quaisquer valores a título de encargos com pessoal, pelo que os valores registados nesta rubrica correspondem, na sua totalidade, aos montantes pagos aos membros da mesa da Assembleia Geral a título de senhas de presença.

7. Aplicação dos Artigos 32º e 33º do EGP

A sociedade não atribuiu aos administradores cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, nomeadamente para a realização de despesas ao serviço da empresa. Os administradores não realizaram quaisquer despesas de representação pessoal pelo que não se colocou a questão do seu eventual reembolso.

Não foi, igualmente, atribuído telefone móvel, domiciliário ou internet aos administradores, pelo que não houve quaisquer gastos com comunicações desta natureza.

A sociedade não tem viaturas de serviço, não se verificando quaisquer gastos de combustíveis e portagens.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jaime Serrão Andrez	NA	0	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	0	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	0	
		0	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Jaime Serrão Andrez	NA	0	0	0	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	NA	0	0	0	
Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão	NA	0	0	0	
				0	

8. Despesas não Documentadas ou Confidenciais

Todas as despesas realizadas encontram-se devidamente documentadas.

9. Relatório sobre Remunerações

Não tendo a SAGESECUR quadro de pessoal próprio, não existe informação a reportar não sendo por isso aplicável a obrigação de elaboração do Relatório em causa.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Como já referido a atividade própria da SAGESECUR encontra-se centrada na gestão dos contratos existentes, sendo os eventuais novos negócios diretamente decididos pelo acionista. Por outro lado,

e também como já salientado, a sociedade não dispõe de quadro de colaboradores próprio sendo todos os processos, a todos os níveis, desenvolvidos por colaboradores da PARPÚBLICA, inseridos nas estruturas desta sociedade e dessa forma sujeitos a todos os regulamentos internos adotados pela PARPÚBLICA, seguindo todos os procedimentos, regras e sistemas de controlo estabelecidos e em vigor na mesma.

Relativamente ao exercício de 2022 a SAGESECUR elaborou o Relatório Anual de Ocorrências e de Risco de Ocorrências, o qual sistematiza os princípios em vigor nesta matéria e dá conta da ausência de qualquer situação reportada. O referido Relatório é objeto de divulgação através da plataforma SIRIEF e no website da Sociedade.

11. Contratação Pública

Dada a natureza instrumental da atividade da sociedade e o seu enquadramento no Grupo PARPÚBLICA, as contratações efetuadas seguem os procedimentos e normas em utilização na *holding*.

Na sequência da extensão do prazo da concessão relativa ao transporte público de passageiros no eixo ferroviário norte \ sul, foi celebrado a 30 de dezembro de 2019 um novo contrato de prestação de serviços de manutenção do material circulante, o qual foi remetido ao Tribunal de Contas para efeitos de visto.

12. Medidas no Âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas

A atividade desenvolvida pela sociedade, a dimensão e natureza das aquisições e o facto dos respetivos procedimentos seguirem as normas em utilização na PARPÚBLICA, não justifica a adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas.



A
ASH

13. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2022 Exec.	2022 orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	8 182 475,41	7 409 684,90	8 272 044,36	8 603 674,73	9 539 922,59	-89 568,95	-1%	-1 357 447,18	-14%
(1) CMVMC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	39 364,77	43 465,10	38 788,4	41 370,34	42 106,28	576,36	1%	-2 741,51	-7%
(3) Gastos com o pessoal	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	0,00	0%	0,00	0%
(3.i) Relativos aos órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.ii) Indemnizações pagas por rescisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.iii) Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(3.iv) Efeitos do absentismo e do cumprimento de disposições legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos I (3-3.i) - 3.ii)-3.iii)- 3.iv))	850,00	850,00	850,00	850,00	850,00	0,00	0%	0,00	0%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	40 214,77	44 315,10	39 638,41	42 220,34	42 956,28	576,36	1%	-2 741,51	-6%
(7) Volume de negócios (VN) ²⁾	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 633 369,92	0,00	0%	-529 369,92	-7%
Subsidio à exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 104 000,00	7 633 369,92	0,00	0%	-529 369,92	-7%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	0,57%	0,62%	0,56%	0,59%	0,56%	0,00	1%	0,00	1%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	3	3	3	3	3	0,00	0%	0,00	0%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	3	0,00	0%	0,00	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	0	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	0	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-
N.º Trabalhadores/N.º CD	-	-	-	-	-	-	-	-	-
N.º de viaturas	0	0	0	0	0	0,00	-	0,00	-

Dadas as características da atividade e a ausência de uma estrutura operacional própria, os custos operacionais da sociedade limitam-se aos encargos derivados de contratos ou obrigatórios por lei, pelo que a aplicação das regras referentes à redução de gastos operacionais se encontra limitada às que incidem sobre as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral e do Fiscal Único, as quais obedecem aos princípios que se encontram fixados para a generalidade das empresas públicas. Significa isto que a estrutura de custos da sociedade é caracterizada por ser extremamente rígida, o que impede aplicações de medidas adicionais de redução de gastos operacionais. A par desta constatação deve também salientar-se o reduzido valor dos gastos operacionais, sendo o seu peso relativo face ao volume de negócios próximo de 0,6%. Sendo muito reduzido, qualquer variação dos gastos operacionais, mesmo que não material, assume um efeito percentual visível. Em 2022, os FSE ficaram 9% abaixo do valor projetado no PAO e 1% acima do valor registado no período homólogo, influenciado pela imputação de gastos realizada pela PARPÚBLICA, no âmbito do acordo de partilha de gastos.

Ao analisar a evolução do EBITDA, verifica-se uma variação positiva de 10% face ao valor orçamentado, sendo a mesma explicada pelo efeito cumulativo de 329,3 mil euros das variações

positivas de justo valor dos Fundos de Investimento e 440 mil euros de outros rendimentos. No que respeita ao justo valor dos Fundos de Investimento importa referir que o PAO de 2022 da SAGESECUR não contempla qualquer valor desta natureza, dada a dificuldade em os estimar com fiabilidade. No quadro acima, o EBITDA apresenta uma redução de 1% e 14% face aos anos de 2021 e 2019, respetivamente, mas não traduz um decréscimo efetivo do desempenho da SAGESECUR. No ano de 2019 há um efeito positivo no resultado, no montante de 800 mil de euros, relativo aos juros auferidos sobre o crédito sobre a ESTAMO. Além disso, os 329,3 mil euros de variações positivas de justo valor comparam com os 360 mil euros e 731 mil euros registados em 2021 e 2019, respetivamente, efeito exógeno à sociedade, que depende exclusivamente da valorização das UP.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

IGCP	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	21 789 159,57	21 511 937,19	21 319 743,84	19 644 414,24
Aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	21 789 159,57	21 511 937,19	21 319 743,84	19 644 414,24

As disponibilidades de tesouraria da SAGESECUR encontram-se depositadas na conta aberta junto do IGCP, mantendo-se fora desta instituição apenas as contas e os saldos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratualmente estabelecidas no âmbito dos investimentos em UP, situação que foi objeto de autorização específica por parte daquela entidade, nos termos previstos na lei (autorizados ao abrigo da informação nº 0383/2022, constante do documento com a ref.^a UE: SGC n.º 81, de 16 de maio de 2022, emitido pelo IGCP).

As aplicações financeiras, quando existentes, são, na sua totalidade, efetuadas no IGCP.

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BPI - Banco BPI, S.A.	2 173,41	2 168,21	2 147,41	2 377,85
Caixa Banco de Investimento	256 447,98	256 168,49	266 796,07	777 458,05
TOTAL	258 621,39	258 336,70	268 943,48	779 835,90
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca

A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP.



A SAGESECUR não auferiu rendimentos em 2022 relativos aos saldos mantidos fora do IGCP, pelo que não foi realizada qualquer entrega ao Estado.

15. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

A sociedade não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas nos últimos três anos pelo que não foi objeto de qualquer tipo de recomendações por parte daquela entidade de supervisão.

16. Plano para a Igualdade

A SAGESECUR não dispõe de um quadro de pessoal próprio, pelo que a obrigatoriedade de elaborar e divulgar um Plano para Igualdade não lhe é aplicável.

17. Demonstração não financeira

Dado o carácter instrumental da SAGESECUR, a empresa não prepara autonomamente informação não financeira, mas fornece os seus contributos, que são incluídos no Relatório de Sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA. Além disso, a SAGESECUR partilha os mesmos princípios do seu acionista, que se encontram espelhados no referido relatório.

Por outras palavras, a Administração da SAGESECUR procura ter uma atuação compaginável com os objetivos de desenvolvimento sustentável, ou seja, responder às necessidades presentes sem comprometer o futuro, tendo em consideração os interesses dos vários *stakeholders*, apostando numa visão integrada dos resultados ambientais e económicos, com uma perspetiva de longo prazo.



18. Informação divulgada no sítio da internet do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2010	site da empresa
Caracterização da Empresa	S	2015	site da empresa
Função de tutela e acionista	S	2015	site da empresa
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos sociais	S	2021	Eleição de Novos Órgãos Sociais
- Estatuto Remuneratório Fixado	N/A		Órgão Sociais não Remunerados
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N/A		
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2022	Relatório e Contas e RGS divulgado no site da empresa e Sirief
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2022	Relatório e Contas e RGS divulgado no site da empresa e Sirief
Esforço Financeiro Público	S	dez/22	Relatório e Contas divulgado no site da empresa e no Sirief
Ficha Síntese	S	dez/22	
Informação Financeira histórica e atual	S	dez/22	Relatório e Contas divulgado no site da empresa e Sirief
Princípios de Bom Governo	S	dez/22	Relatório e contas e RGS divulgado no site da empresa e Sirief
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
- Outras transações	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
Social	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
Ambiental	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	dez/22	RGS divulgado no site da empresa e SIRIEF
- Código de ética	S	2021	site da empresa

19. Cumprimento das orientações legais

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das obrigações legais, foi preenchido o quadro infra:

Cumprimento das Orientações legais - 2022	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)	S	% cumprimento	Ver ponto 1.1 a) - objetivos não quantificados
Metas a atingir constantes no PAO 2022		% cumprimento	justificar desvios
Investimento	S		Ver ponto 1.1.c)
Nível de endividamento			Ver ponto 1.1.b)
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	75% cumprimento	Ver ponto 1.1.d)
Gestão do Risco Financeiro	S	Tx média de financiamento: 2,0%	Ver ponto 1.2
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento : -9,8%	Ver ponto 1.3
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP a fornecedores (em dias): 42 dias	Ver ponto 1.4
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0,00 €	Ver ponto 1.4
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação	S		Ver ponto 1.5
Reservas emitidas na última CLC			
Reservas	N.A.		Ver ponto 1.5
Remunerações/honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	S		
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.	Total da Redução remuneratória: 0€	Ver ponto 1.6
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2020 (se aplicável)	N.A.		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Ver ponto 1.7
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ver ponto 1.8
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			A empresa não tem colaboradores.
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	N/A		Ver ponto 1.9
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	S		Ver ponto 1.10
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N/A		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Nº de contratos: 0	Ver ponto 1.11
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N/A		Ver ponto 1.12
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ver ponto 1.13
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	% disponibilidades e aplicações junto no IGCP em 31 de dezembro: 96%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro: 779 835,90€	Ver ponto 1.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Montante auferido: 0€; Data de entrega: N/A	
Auditorias do Tribunal de Contas^(b)			
Recomendação 1		Indicar medida(s) adotada(s)	
Recomendação 2	N/A	Indicar medida(s) adotada(s)	Ver ponto 1.15
Etc.		Indicar medida(s) adotada(s)	
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	N/A		Ver ponto 1.16
Apresentação da demonstração não financeira	N/A		Ver ponto 1.17

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.



III. PERSPETIVAS PARA 2023

A incerteza quanto ao futuro cresce a par das sucessivas conjunturas de disrupção económica, política, ambiental e tecnológica. A curto prazo a maior preocupação será a instabilidade do cenário macroeconómico sendo que não se estimam grandes impactos na atividade da SAGESECUR.

Dada a natureza instrumental da sociedade a gestão continuará a estar sempre disponível para a necessidade de ponderar novos projetos ou o desenvolvimento de novos negócios em função das orientações que lhe sejam transmitidas pelo acionista e no quadro do seu Plano de Atividades e Orçamento.

Na ausência de novas orientações, a atividade da SAGESECUR continuará focada na gestão dos seus investimentos financeiros e das suas relações contratuais com a Fertagus, agora regulada pelos contratos celebrados no final de 2019. Para 2023 o contrato de prestação de serviços não prevê a realização de investimento em manutenção do material circulante.

No tocante aos Fundos de Investimento Imobiliário, a SAGESECUR prevê, juntamente com a FUNDIESTAMO, desenvolver sinergias de negócio no âmbito do FNRE e, conseqüentemente, estimou o investimento no montante de 10,6 milhões de euros e 10,5 milhões de euros (com a mesma correspondência em unidades de participação), nos subfundos que vierem a ser constituídos, nos próximos anos de 2023 e 2024.

No plano da gestão financeira, tendo em consideração que a receita própria gerada não será suficiente para fazer face ao investimento estimado, prevê-se no PAO para 2023, a necessidade de obter fundos do acionista no montante de 3 800 mil euros e 5 750 mil euros, nos anos 2023 e 2024 respetivamente, através de novos contratos de suprimentos. Considerando as previsões da conjuntura económica e, conseqüentemente, a subida da taxa de juro média aplicada a novos empréstimos a sociedades não financeiras em Portugal, perspetiva-se uma subida da taxa de juro aplicada aos suprimentos para os próximos anos, o que provocará um aumento do rácio dívida financeira líquida / EBITDA.

IV. AGRADECIMENTO

O Conselho de Administração entende ser devido um agradecimento à Comissão Executiva e aos colaboradores de áreas de suporte, económica e financeira, jurídica e de acompanhamento de participadas da acionista PARPÚBLICA, pela forma eficiente como asseguraram as tarefas que lhe foram solicitadas durante o ano de 2022.



É também justificado o agradecimento ao Revisor Oficial de Contas pela disponibilidade e apoio prestados ao longo do exercício.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, tendo em atenção o elevado investimento previsto realizar durante o exercício de 2023, e, ainda, que a parte do lucro gerado qualifica como não distribuível (329 375,61 euros), propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no valor de 2 363 018,46 euros, seja transferido para Reserva Legal e Resultados Transitados nos montantes de 118 150,92 euros e 2 244 867,54 euros, respetivamente.

Lisboa, em 9 de março de 2023

O Conselho de Administração,


Jaime Serrão Andrez
Presidente


João Carlos da Silva Sacadura Pinhão

Vogal


Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão

Vogal



[Handwritten signature]
ASH



Demonstrações
Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Rubricas	Notas	Posição	
		31-12-2022	31-12-2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	52 222 556,18	50 031 762,42
Ativos por impostos diferidos	7	375 103,60	636 258,50
		52 597 659,78	50 668 020,92
Ativo corrente			
Clientes	8	728 160,00	728 160,00
Estado e outros entes públicos	9	610 175,52	760 316,60
Diferimentos		0,00	7,33
Ativos financeiros de negociação	6	13 354 295,47	12 823 624,71
Caixa e depósitos bancários	10	20 424 250,14	19 932 917,04
		35 116 881,13	34 245 025,68
Total do Ativo		87 714 540,91	84 913 046,60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital		22 500 000,00	22 500 000,00
Reservas legais		2 151 897,59	2 020 024,32
Outras reservas		83 244,56	83 244,56
Resultados transitados		16 898 706,28	14 393 114,10
Ajustamentos de JV de activos correntes disponíveis para venda		-	-
		41 633 848,43	38 996 382,98
Resultado líquido do período		2 363 018,46	2 637 465,45
Total do capital próprio	11	43 996 866,89	41 633 848,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	42 302 000,00	42 240 000,00
Passivos por impostos diferidos	7	252 519,76	0,00
		42 554 519,76	42 240 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	861,00	0,00
Estado e outros entes públicos	9	0,00	28 239,09
Outras contas a pagar	14	1 162 293,26	1 010 959,08
		1 163 154,26	1 039 198,17
Total do Passivo		43 717 674,02	43 279 198,17
Total do Capital Próprio e do Passivo		87 714 540,91	84 913 046,60



Handwritten signature and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	15	7 104 000,00	7 104 000,00
Fornecimentos e serviços externos	16	-39 364,77	-38 788,41
Gastos com pessoal	17	-850,00	-850,00
Aumentos/reduções de justo valor	18	329 375,61	360 264,93
Outros rendimentos e ganhos	19	790 384,71	847 417,85
Outros gastos e perdas	20	-1 070,14	-0,01
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 182 475,41	8 272 044,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-4 214 491,34	-3 914 522,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 967 984,07	4 357 522,34
Juros e gastos similares suportados	21	-844 806,80	-1 000 372,60
Resultado antes de impostos		3 123 177,27	3 357 149,74
Imposto s/ rendimento do período	22	-760 158,81	-719 684,29
Resultado líquido do período		2 363 018,46	2 637 465,45



Handwritten signature and initials: ASM P

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Rubricas	2022	2021
Resultado líquido do período	2 363 018,46	2 637 465,45
Outro Rendimento integral		
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		
	2 363 018,46	2 637 465,45
Rendimento integral	2 363 018,46	2 637 465,45
Atribuição do rendimento integral		
Detentores do capital	2 363 018,46	2 637 465,45
Interesses minoritários	0,00	0,00

Handwritten signatures and initials: D, ASH, P, H

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período		Total
Posição em 01-01-2021	1	22 500 000,00	1 829 654,47	83 244,56	10 776 087,10	0,00	3 807 396,85	38 996 382,98	38 996 382,98
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda								0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3						2 637 465,45	2 637 465,45	2 637 465,45
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 637 465,45	2 637 465,45	2 637 465,45
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados			190 369,85		3 617 027,00		-3 807 396,85	0,00	0,00
	5	0,00	190 369,85	0,00	3 617 027,00	0,00	-3 807 396,85	0,00	0,00
Posição em 31-12-2021	6=4+5	22 500 000,00	2 020 024,32	83 244,56	14 393 114,10	0,00	2 637 465,45	41 633 848,43	41 633 848,43

Unidade: Euro

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio	
		Capital	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período		Total
Posição em 01-01-2022	1	22 500 000,00	2 020 024,32	83 244,56	14 393 114,10	0,00	2 637 465,45	41 633 848,43	41 633 848,43
Alterações no período									
Alteração do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	3						2 363 018,46	2 363 018,46	2 363 018,46
Rendimento integral	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 363 018,46	2 363 018,46	2 363 018,46
Operações com detentores de capital									
Aplicação de resultados			131 873,27		2 505 592,18		-2 637 465,45	0,00	0,00
	5	0,00	131 873,27	0,00	2 505 592,18	0,00	-2 637 465,45	0,00	0,00
Posição em 31-12-2022	6=4+5	22 500 000,00	2 151 897,59	83 244,56	16 898 706,28	0,00	2 363 018,46	43 996 866,89	43 996 866,89



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Ano de 2022	Ano de 2021
Atividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	8 737 920,00	8 737 920,00
Pagamentos a fornecedores	-38 021,90	-38 776,91
Pagamentos ao pessoal	-850,00	-850,00
<i>Caixa gerada pelas Operações</i>	8 699 048,10	8 698 293,09
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento	-192 409,60	-462 806,94
Outros recebimentos/pagamentos relat à ativ operacional	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	8 506 638,50	8 235 486,15
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0,00	14 960 164,64
Ativos fixos tangíveis	19 425,89	0,00
Juros e rendimentos similares	690 000,99	847 417,85
	709 426,88	15 807 582,49
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-201 295,15	-213 636,34
Ativos fixos tangíveis	-7 890 437,13	-10 302 339,84
	-8 091 732,28	-10 515 976,18
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	-7 382 305,40	5 291 606,31
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	-7 800 000,00
Juros e gastos similares	-695 000,00	-1 254 392,32
	-695 000,00	-9 054 392,32
Recebimentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	62 000,00	0,00
	62 000,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	-633 000,00	-9 054 392,32
Variações de caixa e seus equivalentes	491 333,10	4 472 700,14
Caixa e seus equivalentes no início do período	19 932 917,04	15 460 216,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	20 424 250,14	19 932 917,04



NOTAS

1. Apresentação da empresa e do referencial de relato financeiro

A SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A., foi constituída pelo Decreto-Lei nº 209/2000, de 2 de setembro, com a denominação SAGESECUR - Sociedade de Titularização de Créditos, não tendo exercido atividade até meados de 2004.

A sociedade tem o capital social de 22.500.000,00 de euros, representado por 4.500.000 ações de 5 euros, estando totalmente realizado. A 31 de dezembro de 2022 o capital social era detido em 100% pela PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S. A. na sequência da integração na sua carteira da participação de 19,5%, que em 31 de dezembro de 2018 era detida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Além de modificação na designação, a sociedade teve já alterações no objeto social, o qual atualmente consiste na aquisição e alienação de valores mobiliários, bem como na administração dos valores mobiliários adquiridos, incluindo a conceção, desenvolvimento e participação em projetos de investimento em valores mobiliários. A Sociedade tem também por objecto o arrendamento ou aluguer de ativos adquiridos para esse efeito, excluindo a locação financeira.

Presentemente, a empresa detém como ativo não corrente o material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul, alugado à FERTAGUS, o qual constitui a principal componente do ativo.

A empresa apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE). As IFRS foram adotadas em 01 de janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

As presentes demonstrações financeiras respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros. São incluídas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.



2. Alterações nas políticas contabilísticas

2.1 Normas alteradas e introduzidas na UE com eficácia nos períodos iniciados em 01 de janeiro de 2022 ou posteriormente

2.1.1 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2022

- **Alterações à IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos Anuais (Regulamento 2021/1080, de 28 de junho de 2021)** - Este conjunto de pequenas alterações efetuadas às IFRS serão efetivas para os períodos financeiros anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022:
 - Alterações à IFRS 3: Atualização de uma referência na IFRS 3 para a Estrutura Concetual de Relato Financeiro sem alterar os requisitos de contabilização das concentrações de atividades empresariais;
 - Alterações à IAS 16: Proíbe uma entidade de deduzir ao custo de um ativo fixo tangível os montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a entidade se encontra a preparar o ativo para o seu uso pretendido. Em vez disso, a entidade deve reconhecer as retribuições recebidas dessas vendas e o custo relacionado nos resultados;
 - Alterações à IAS 37: Especifica que custos é que uma entidade deve incluir quando avalia se um contrato é ou não um contrato oneroso;
 - Melhorias anuais com pequenas alterações à IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41, e aos exemplos ilustrativos da IFRS 16.

Estas alterações são efetivas para os períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2022.

- **Alterações à IFRS 16: Concessões relacionadas com o COVID ao nível das rendas para além de 30 de junho de 2021 (Regulamento 2021/1421 da Comissão, de 30 de agosto de 2021)** - Estas alterações estendem o expediente prático disponível aos locatários na contabilização das concessões de rendas relacionadas com o Covid-19 por um ano. O expediente prático atribuído pela anterior alteração à IFRS 16 emitida em maio de 2020 (e endossada pela União Europeia em 9 de outubro de 2020 pelo Regulamento 2020/1434 da Comissão), estava disponível para as reduções nos pagamentos de locação que afetassem os pagamentos que seriam originalmente devidos em ou até 30 de junho de 2021. A presente alteração vem estender esse período para 30 de junho de 2022.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021, sendo permitida a sua adoção antecipada, incluindo às demonstrações financeiras que ainda não tenham sido autorizadas para emissão até 31 de março de 2021.

2.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2023

- **IFRS 17: Contratos de Seguros (Regulamento 2021/2036, da Comissão, de 19 de novembro de 2021)** - A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os



investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023.

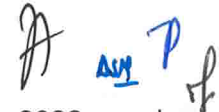
- **Alterações à IAS 1 e à IAS 8 (Regulamento 2022/357 da Comissão, de 2 de março de 2022):** As alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As alterações à IAS 8 clarificam a forma sobre como as entidades devem distinguir as alterações nas políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas. Esta distinção é importante porque as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospetivamente apenas sobre transações e outros eventos futuros, mas as alterações nas políticas contabilísticas são, de uma forma geral, aplicadas retrospectivamente às transações e a outros eventos passados.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada.

- **Alterações à IAS 12: Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Regulamento 2022/1392 da Comissão, de 11 de agosto de 2022) - A IAS 12 atribui uma isenção às entidades de reconhecerem impostos diferidos quando estes resultam do reconhecimento inicial de ativos e passivos. Contudo, existia alguma incerteza sobre se essa isenção se aplicaria a transações tais como contratos de locação e obrigações de descomissionamento em que as entidades reconhecem em simultâneo quer um ativo, quer um passivo. Esta emenda vem clarificar que a isenção do reconhecimento inicial não se aplica a estas transações em que resultam montantes iguais de diferenças tributáveis e dedutíveis que resultem do reconhecimento inicial e, assim, as entidades deverão reconhecer o imposto diferido associado a tais transações.**

Aplicável os períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo permitida a sua adoção antecipada.

- **Alterações à IFRS 17: Aplicação inicial da IFRS 17 e da IFRS 9 – Informação comparativa (Regulamento 2022/1491 da Comissão, de 8 de setembro de 2022) - A IFRS 17 e a IFRS 9 têm diferentes requisitos de transição. Para algumas seguradoras, estas diferenças podem causar *mismatches* contabilísticos entre os ativos financeiros e os passivos de contratos de seguros na informação comparativa que é apresentada nas suas demonstrações financeiras quando é aplicada a IFRS 9 e a IFRS 17 pela primeira vez. Esta emenda, através da introdução de uma opção para uma apresentação da informação comparativa à cerca dos ativos financeiros, vem ajudar as seguradoras a evitar estes *mismatches* contabilísticos temporários e, assim, incrementar a utilidade da informação comparativa para os investidores.**



Aplicáveis aos períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, sendo apenas permitida a aplicação desta emenda aquando da aplicação inicial da IFRS 17 Contratos de Seguros e da IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

2.2 Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- **Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitida pelo IASB em 11set14) -** Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.
- **IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios (emitida pelo IASB em 30jan14) -** Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente.
Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.
- **Alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 23jan20 e atualizada em 15jul20 e em 31 de outubro de 2022) -** Estas alterações à IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, vêm clarificar os requisitos que uma entidade aplica para determinar se um passivo é classificado como corrente ou como não corrente. Estas alterações, em natureza, pretendem ser apenas uma redução de âmbito, clarificando os requisitos da IAS 1, e não uma modificação aos princípios subjacentes.
Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, estando estas alterações ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.



- **Alterações à IFRS 16 – Passivo de locação numa operação de sale and leaseback (emitida pelo IASB em 22set22)** - O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda de âmbito limitado aos requisitos para operações de sale and leaseback incluídos na IFRS 16 Locações, adicionando aos requisitos existentes explicações sobre como é que uma entidade contabiliza a operação de sale and leaseback após a data da respetiva transação. A IFRS 16 inclui os requisitos sobre como uma entidade deve contabilizar uma operação de sale and leaseback à data em que a transação ocorre. Contudo, a IFRS 16 não especificou de que forma deve ser mensurada essa operação após essa data.

As emendas agora emitidas são adicionadas aos requisitos de sale and leaseback da IFRS 16, suportando assim uma aplicação consistente desta norma contabilística. Estas emendas não alteram a contabilização de outras locações que não resultem de uma operação de sale and leaseback.

Aplicável aos períodos financeiros anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2024, estando ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Da apreciação às alterações das normas que entrarão em vigor nos próximos exercícios, não se antecipam impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

3. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas aplicadas

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos antes de 01-01-2004 estão mensurados pelo *deemed cost* e os que sejam adquiridos posteriormente, pelo custo de aquisição.

As despesas subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidas como tal apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis são subsequentemente mensurados pelo modelo do custo, pelo qual são deduzidas as depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

Se, pela aplicação da IAS 36, existirem indícios de que um ativo, ou a unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que o valor líquido exceda o seu valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento da sua alienação, ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.



3.2. Outros Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sage secur são classificados nas categorias que abaixo se descrevem, de acordo com a IFRS 9:

Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio: Conforme referido no parágrafo anterior, no reconhecimento inicial, uma entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio dentro do âmbito da IFRS 9 que não seja detido para negociação nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

A classificação depende do modelo de negócio de gestão do ativo financeiro e das características dos cash-flows contratuais inerentes ao mesmo. No caso das UP são aplicáveis as categorias “Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados” e de “Ativos Financeiros ao Justo Valor através do Outro Rendimento Integral para Investimento em Instrumentos de Capital Próprio”.

As unidades de participação em fundos de investimento para as quais se preveja detenção prolongada estão classificadas como ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio, sendo mensuradas pelo justo valor. As alterações



no justo valor são reconhecidas diretamente no capital próprio, em rubrica de outro rendimento integral, e mantêm-se no capital próprio aquando do desreconhecimento do ativo.

As unidades de participação em fundos para as quais não se pretenda a detenção prolongada são classificadas e mensuradas como ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A SAGESECUR avalia regularmente se existem sinais de imparidade para os ativos financeiros, que não sejam mensurados pelo justo valor via resultados, e, confirmando-se, determina os fluxos de caixa futuros descontados com vista a apurar se existe perda a reconhecer ou a reverter, se não for instrumento de capital próprio.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a sociedade não reteve o controlo sobre esse ativo.

A SAGESECUR não teve qualquer efeito significativo pela aplicação da IFRS 9 nas suas Demonstrações Financeiras.

3.3. Outras Contas a receber

As dívidas de terceiros desta natureza são mensuradas inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subseqüentemente pelo custo, ou custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade baseadas na estimativa dos fluxos de caixa atualizados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é efetuado se houver evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou falha sucessiva de pagamentos, são de considerar indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.4. Caixa e Depósitos Bancários

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro, e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.5. Financiamentos obtidos e contas a pagar

Os suprimentos e as dívidas a terceiros são mensurados inicialmente pelo justo valor resultante da transação que as origina e subseqüentemente mensurados pelo custo, ou custo amortizado usando o método do juro efetivo.



3.6. Gastos e Perdas e Rendimentos e Ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

Rendimentos do aluguer operacional

O rendimento obtido ao abrigo do contrato de locação operacional é mensal e constante, sendo reconhecido em função do período a que respeita.

Juros e rendimentos similares

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e remunerações similares é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados fluam para a sociedade e a quantia possa ser fiavelmente mensurada. O rendimento proveniente desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os rendimentos de unidades de participação são reconhecidos no momento da atribuição.

Custos com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são integralmente reconhecidos como gastos do período em que sejam incorridos, com respeito pela periodização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa do juro efetivo, visto não haver requisitos para capitalização no custo de ativos nos termos da IAS 23.

3.7. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que nos termos da legislação aplicável, se possam compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto e possam ser compensados.

3.8. Juízos de valor e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem um maior nível de



complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- (i) Determinação das vidas úteis e valor residual dos ativos fixos tangíveis, bem como a definição do método de depreciação;
- (ii) Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade;
- (iii) Análise de indícios de imparidade em ativos fixos tangíveis e investimentos financeiros e de incobrábilidade de créditos;
- (iv) Determinação de ativos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos.

4. Perspetiva sobre os riscos da empresa

Sobre os principais tipos de riscos financeiros considera-se o seguinte:

- (i) **Risco cambial** – não aplicável por não existirem instrumentos financeiros denominados ou indexados a moedas diferentes do euro;
- (ii) **Risco de taxa de juro** – existe para a empresa quanto aos suprimentos obtidos, mas também quanto aos rendimentos obtidos decorrente do crédito sobre a Estamo, pela possibilidade do acionista alterar as taxas de juro, mas não constitui risco para o mesmo por resultar apenas em alteração no tipo de rendimento obtido, podendo criar valor pelo efeito fiscal;
- (iii) **Risco de preço (justo valor)** – existe para os investimentos financeiros em função das alterações nos preços de mercado;
- (iv) **Risco de liquidez** - não são expectáveis dificuldades na obtenção de fundos e, consequentemente não se identifica um nível elevado de risco associado, pois as operações, que serão sempre determinadas pelo Estado ou pelo acionista dada a natureza instrumental da sociedade, podem ser suportadas por estes, caso necessário, dada a situação da sociedade enquanto EPR.



[Handwritten signatures]

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os saldos e os movimentos na quantia escriturados em 2022 e 2021 foram os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Bruto		
Saldo Inicial	121 272 793,10	112 896 907,05
Adições	6 414 989,54	8 375 886,05
Alienações	-21 057,88	0,00
Saldo Final	127 666 724,76	121 272 793,10
Depreciações Acumuladas		
Saldo Inicial	71 241 030,68	67 326 508,66
Adições	4 214 491,34	3 914 522,02
Alienações	-11 353,44	0,00
Saldo Final	75 444 168,58	71 241 030,68
Perdas de imparidade Acumuladas		
Saldo Inicial	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00
Quantia escriturada	52 222 556,18	50 031 762,42

Os ativos fixos tangíveis respeitam ao material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul, incluindo peças sobressalentes cujo valor anteriormente constava como adiantamento, adquirido em estado de uso em 30-06-2006 à FERTAGUS e posteriormente alugado a esta empresa.

O prazo do contrato de locação, que terminava em 31 de dezembro de 2010, foi automaticamente prorrogado por mais nove anos, na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 138-B/2010, de 28 de dezembro, que prorrogou o contrato de concessão celebrado entre o Estado e a FERTAGUS.

Durante o ano de 2019, os termos da concessão, que terminava a 31 de dezembro de 2019, foram objeto de renegociação da qual resultou a extensão do prazo da mesma por mais 4 anos e 9 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2024. Em consequência, os contratos relativos ao Material Circulante/Concessão da Fertagus foram reformulados de modo a incorporarem as alterações resultantes da renegociação da concessão em termos de prazo e condições financeiras. Os novos contratos celebrados entre a SAGESECUR e a Fertagus entraram em vigor a 1 de janeiro de 2020 e deles decorre uma redução do valor da renda mensal cobrada à Fertagus e a definição de um novo calendário de programação das intervenções de manutenção e respetivos pagamentos pela SAGESECUR. A redução da renda reflete no essencial a extensão da vida do útil do material circulante por mais 10 anos (até 2039), alteração que foi autorizada pela entidade reguladora do setor, o IMT e reflete a adequação do investimento efetuado no passado e previsto para o futuro em termos de grandes reparações.

Até 31-12-2019, a taxa de depreciação anual para o material circulante existente à data da aquisição à FERTAGUS foi de 4,33% e a taxa de depreciação das peças sobressalentes adquiridas posteriormente foi de 5,4%, correspondentes à vida útil remanescente (até 30-06-2029) que resulta do período de 30 anos considerado para aquele material em estado de novo.

A partir de 2020, a quantia escriturada do material circulante, das peças sobressalentes e da componente de modernização das grandes reparações, passou a ser depreciada pelos anos remanescentes de vida útil (até 30-06-2039). Quanto à quantia escriturada da componente





sistemática das grandes reparações, será depreciada pelo período de 4 a 15 anos, em função do tipo de reparação.

Na determinação da depreciação anual, foi ainda considerado o valor residual de 720.000 euros, estimativa do valor do aço das dezoito UQE no final da vida útil.

Este plano de depreciações implica que no final do período de prorrogação do contrato o material tenha quantia escriturada correspondente ao período de vida útil remanescente.

Tal como em anos anteriores, efetuou-se o teste de imparidade ao material circulante como unidade geradora de caixa (UGC), tendo por base as condições que vigorarão a partir de 01.01.2022, com os seguintes pressupostos:

- A diferença entre o justo valor e o custo de alienação da UGC não é determinável porque se trata de ativos que servem e estão subordinados ao contrato de concessão da operação de transporte de passageiros no eixo ferroviário norte-sul de que a SAGESECUR não é parte, do que resulta que a quantia recuperável tenha de ser baseada exclusivamente no valor de uso, estando-se nas condições previstas pela IAS 36.20;
- Os fluxos de caixa ao longo dos anos de prorrogação do contrato são os relativos a receitas dos alugueres e a despesas com as revisões e manutenções;
- O fluxo de caixa no fim do contrato de aluguer corresponde à quantia escriturada dos ativos da UGC nessa altura porque o período de depreciação tem em conta o número de anos de vida técnica do material circulante e porque as revisões asseguram as condições normais desse material ao longo da sua vida;
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa poderá ser a taxa de juro dos suprimentos (31-12-2022: 3,04%; 31-12-2021: 2,00%) porque esta UGC corresponde a uma atividade em que o Grupo entrou instrumentalmente e que está ligada a um contrato de concessão envolvendo o Estado.

Concluiu-se que a UGC tem valor de uso de 56.908.133,19 euros a comparar com a quantia escriturada, pelo que não foi reconhecida qualquer imparidade.

6. Investimentos Financeiros e Ativos Financeiros para Negociação

Como ativos financeiros adquiridos estão considerados:

Ativos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	N.º títulos	Corrente	N.º títulos	Corrente
Ao justo valor através de resultados				
UP do Fundo Fundiestamo I	11 311	13 342 307,43	11 026	12 812 013,53
UP do Fundo ImoPoupança	1 970	11 988,04	1 970	11 611,18
		13 354 295,47		12 823 624,71

Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor das UP do Fundo Fundiestamo I, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez assumido pela própria



SAGESECUR, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta técnica é mais representativa do justo valor destas UP.

O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora no final do ano de 2022.

7. Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os saldos e movimentos são os seguintes:

	2022			2021		
	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Saldo Final	Saldo Inicial	Variações c/ Efeitos em Resultados	Saldo Final
Ativos por Impostos Diferidos Não Correntes						
Prejuízos fiscais	636 258,50	-261 154,90	375 103,60	1 038 370,62	-402 112,12	636 258,50
	636 258,50	-261 154,90	375 103,60	1 038 370,62	-402 112,12	636 258,50
Passivos por Impostos Diferidos Não Correntes						
UP do Fundo Fundiestamo I e Imopoupança - justo valor	0,00	252 519,76	252 519,76			0,00
	0,00	252 519,76	252 519,76	0,00	0,00	0,00

Os ativos por impostos diferidos têm origem no prejuízo fiscal apurado em 2018, que concretizou a perda associada às UP do Fundo Estamo.

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Apesar do valor dos prejuízos fiscais em 2018 ter ascendido a 9,5 milhões de euros, optou-se, naquela data, por não reconhecer integralmente o ativo por imposto diferido associado, atendendo aos resultados fiscais históricos e à expectativa de manutenção da atividade em termos idênticos. Com a extensão do período de utilização dos prejuízos fiscais, aliado ao incremento do resultado fiscal registado nos últimos anos, em 2020 procedeu-se à reavaliação do montante. Em 2021 e 2022, o decréscimo registado resulta da utilização dos prejuízos fiscais no âmbito da estimativa de imposto (ver nota 22).

Os passivos por impostos diferidos estão relacionados com as variações positivas de justo valor das unidades de participação nos Fundos Fundiestamo I e Imopoupança, registadas nos anos de 2020 a 2022. As premissas necessárias para as variações de justo valor concorram para o resultado fiscal,



J *Aut P*
P

no caso particular das unidades de participação em Fundos de investimento imobiliário, são o pressuposto revisto que fundamentou a alteração do tratamento fiscal, com o consequente reconhecimento do passivo por imposto diferidos, dado se tratar de uma diferença temporária.

8. Clientes

Os saldos de clientes (31-12-2022: 728.160,00 de euros; 31-12-2021: 728.160,00 de euros) não apresentam efeitos de imparidade.

9. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos da rubrica Estado e Outros Entes Públicos são os seguintes:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	610 175,52	0,00	760 316,60	0,00
Imposto s/Rendimento	11 981,10			
Imposto s/Valor Acrescentado	598 194,42		760 316,60	

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo	0,00	0,00	28 239,09	0,00
Imposto s/Rendimento			28 239,09	

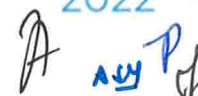
O saldo apresentado no ativo corrente corresponde essencialmente ao IVA a recuperar no final do mês de dezembro, tendo origem no IVA dedutível das grandes reparações realizadas no ano.

10. Caixa e Depósitos Bancários

Os saldos da rubrica Caixa e Depósitos Bancários têm a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	20 424 250,14	19 932 917,04
Totais	20 424 250,14	19 932 917,04

A SAGESECUR, passou a estar obrigada ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado após a publicação do DL nº 33/2018, de 15 de maio, mas já anteriormente concentrava as suas disponibilidades de tesouraria no IGCP. Apenas tem mantido nas contas junto da banca comercial os valores indispensáveis ao cumprimento de obrigações contratuais assumidas, os quais a 31 de dezembro de 2022 se detalham do seguinte modo:



Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
BPI - Banco BPI, S.A.	2 173,41	2 168,21	2 147,41	2 377,85
Caixa Banco de Investimento	256 447,98	256 168,49	266 796,07	777 458,05
TOTAL	258 621,39	258 336,70	268 943,48	779 835,90
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca

11. Capital Próprio

Os saldos e os movimentos reconhecidos no capital próprio no ano de 2022 foram os seguintes:

	Saldo inicial IAS/IFRS	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	22 500 000,00			22 500 000,00
Reservas Legais	2 020 024,32	131873,27		2 151897,59
Reservas Livres	83 244,56			83 244,56
Resultados Transitados	14 393 114,10	2 505 592,18		16 898 706,28
Resultado Líquido	2 637 465,45	2 363 018,46	2 637 465,45	2 363 018,46
Total	41633 848,43	5 000 483,91	2 637 465,45	43 996 866,89

A rubrica Reservas Legais é constituída em conformidade com o art.º 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

12. Financiamentos Obtidos

Os saldos na rubrica Financiamentos Obtidos são os seguintes:

	31-12-2022		31-12-2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Par pública		42.302.000,00		42.240.000,00
		42.302.000,00		42.240.000,00

Os suprimentos estão mensurados ao custo amortizado, cujo historial e o saldo é atualmente o seguinte:

- Suprimento em 2006 para aquisição de material circulante
A quantia inicial foi de 86.172 milhares de euros com reporte a 6 de julho de 2006, destinando-se à aquisição do material circulante à FERTAGUS. Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, setembro de 2009, outubro de 2010, maio e novembro de 2011, outubro de



Handwritten signatures and initials in blue ink.

2013, junho de 2014, julho de 2014, junho 2015 e dezembro 2016, permanecendo em dívida o valor de 31.540 milhares de euros.

- **Suprimento em 2007 para aquisição de unidades de participação**
A quantia inicial foi de 80.300 milhares de euros, conforme carta de 05 de fevereiro de 2007, para suporte da aquisição feita à PARPÚBLICA das UP que esta detinha no FIIF ESTAMO (3.400) e FIIF LOCACEST (46.300). Esse empréstimo foi parcialmente amortizado em junho de 2008, outubro de 2020 e em dezembro de 2021, permanecendo o valor de 10 700 milhares de euros em dívida.
- **Suprimento em 2022 para aquisição de unidades de participação**
A quantia atribuída de 62 milhares de euros, pelo período de 1 ano e 1 dia, destina-se ao enquadramento orçamental necessário, em termos de receita própria, para fazer face aos investimentos previstos e realizados durante o ano de 2022.

Os juros vencem-se anual e postecipadamente, a 31 de dezembro de cada ano, estando os mesmos apresentados na rubrica Outras contas a pagar (nota 14). A taxa de juro é comunicada anualmente pelo acionista (2022: 2,00%; 2021: 2,00%).

13. Fornecedores

	31-12-2022	31-12-2021
Fornecedores conta corrente	861,00	0,00
	861,00	0,00

Nesta rubrica são registados os saldos com fornecedores relacionados com a atividade normal da sociedade. Em 31 de dezembro de 2022, este saldo era composto apenas pela dívida ao fornecedor que presta os serviços de contabilidade.

14. Outras Contas a Pagar

Os saldos de Outras Contas a Pagar são os seguintes:

	31-12-2022	31-12-2021
Juros de Empréstimos Obtidos	1.150.179,40	1.000.372,60
Diversos	12.113,86	10.586,48
	1.162.293,26	1.010.959,08



Handwritten signatures and initials in blue ink.

15. Vendas e Serviços Prestados

Os réditos derivam do aluguer operacional do material circulante à FERTAGUS (2022: 7.104.000,00 de euros; 2021: 7.104.000,00 de euros), subjacentes ao aditamento ao contrato de locação do material celebrado em 30 de dezembro de 2019 (ver nota 5).

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos constam:

	2022	2021
Serviços de contabilidade	5.596,50	5.596,50
Revisor Oficial de Contas - SROC	21.285,84	21.285,84
Partilha de gastos	12.016,94	10.489,56
Comissões e despesas	175,00	256,65
Diversos	290,49	1.159,86
	39.364,77	38.788,41

A rubrica partilha de gastos refere-se ao reembolso dos custos dos trabalhadores da PARPÚBLICA, na proporção do tempo de trabalho alocado à SAGESECUR, conforme previsto no acordo de partilha de custos celebrado com a *holding*.

O regime de IVA da sociedade não permite dedução relativamente aos serviços contratados a entidades terceiras.

17. Gastos com Pessoal

No ano de 2022, não houve pessoal próprio ao serviço da empresa. As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da SAGESECUR respeitam apenas a senhas de presença dos membros da mesa da Assembleia-Geral uma vez que os administradores não são remunerados.

18. Aumentos/Reduções de justo valor

As variações reconhecidas respeitam às unidades de participação do Fundo Fundiestamo I e do Fundo ImoPoupança (2022: +329.375,61 de euros; 2021: +360.264,93 de euros).

19. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros I

Juros e Rendimentos e gastos similares obtidos/suportados	2022	2021
Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos da UPs	690 000,99	550 840,31
Juros obtidos	0,00	296 577,54
Excesso de estimativa de imposto	94 294,75	0,00
Outros não especificados	6 088,97	0,00
	790 384,71	847 417,85





Os rendimentos das UP têm origem, na sua quase totalidade, na remuneração distribuída pelas UP do Fundo Fundiestamo I.

Em 2021, os juros obtidos resultam do crédito que a SAGESECUR detinha sobre a ESTAMO, o qual vence juros à taxa dos suprimentos. O remanescente desse crédito foi reembolsado em dezembro de 2021.

Em 2022, o excesso de estimativa de imposto decorre da diferença face à estimativa de 2021 e ainda da substituição da declaração modelo 22 relativa ao exercício de 2020. As premissas necessárias para as variações de justo valor concorrerem para o resultado fiscal, no caso particular das unidades de participação em Fundos de investimento imobiliário, são o pressuposto revisto que fundamentou as diferenças apuradas.

20. Outros gastos e perdas

Os saldos da rubrica Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

Outros gastos e perdas	31-12-2022	31-12-2021
Correções relativas a períodos anteriores	1.070,13	0,00
Outros não especificados	0,01	0,01
	1.070,14	0,01

Em 2022, o valor dos outros gastos corresponde ao acerto do valor estimado de gastos partilhados relativamente ao ano de 2021.

21. Juros e Gastos Similares Suportados

Na rubrica Juros e Gastos Similares Suportados estão incluídos exclusivamente os juros dos suprimentos (2022: -844.806,80 de euros; 2021: -1.000.372,60 de euros). A taxa de juro é comunicada anualmente pelo acionista (2022: 2,00%; 2021: 2,00%).

22. Imposto sobre o Rendimento do período

Esta rubrica tem a seguinte composição:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (DR)	2022	2021
Gasto/Rendimento por Impostos correntes	-246 484,15	-317 572,17
Gasto/Rendimento por Impostos Diferidos (nota 7)	-513 674,66	-402 112,12
	-760 158,81	-719 684,29

A relação entre o gasto de imposto e o lucro contabilístico é o seguinte:

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de Impostos e o lucro contabilístico	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes de imposto	3 123 177,27	3 357 149,74
Gastos/Rendimento não aceites fiscalmente	-424 249,97	
Diferenças Temporárias		
	2 698 927,30	3 357 149,74

A SAGESECUR está sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2022 corresponde à taxa anual de 21%, acrescida de Derrama Municipal de 1,5%. No exercício, a SAGESECUR foi ainda sujeita a tributação de Derrama Estadual à taxa de 3%, para a componente de lucro tributável superior a 1.500.000 de euros.

As declarações de autoliquidação da empresa ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

23. Partes relacionadas

Os saldos e transações da Sociedade com entidades relacionadas são:

	Empresa-mãe	Outras Partes Relacionadas
Saldos Passivos		
Parpublica	42 302 000,00	
Gastos		
<i>Juros</i>		
Parpublica	844 806,80	
<i>Outros</i>		
Parpublica	11 559,60	



24. Ativos e Passivos contingentes e acontecimentos subsequentes relevantes

Não são conhecidos ativos ou passivos contingentes.
Não há eventos subsequentes relevantes para divulgação.

25. Divulgações de natureza não contabilística

i) Locações

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade tinha a receber montantes relativos ao contrato de locação. O montante total dos recebimentos futuros respeitante à locação operacional não canceláveis é o seguinte:

Recebimentos futuros respeitantes a locações*	31-12-2022
Até 1 ano	8 737 920,00
Entre 1 ano e 5 anos	6 553 440,00
A mais de 5 anos	0
Total	15 291 360,00

* Montante inclui IVA

No exercício findo a 31 de dezembro de 2022, não existiram gastos com Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor.

ii) Garantias

Não aplicável

iii) Outros

A sociedade:

- Não tem presentemente pessoal próprio, sendo diminuta a sua atividade administrativa;
- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de dezembro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Relativamente aos membros dos órgãos sociais:

- Apenas são remunerados os membros da Mesa da Assembleia-Geral, em função das presenças (2022: 850,00 de euros; 2021: 850,00 de euros), e a Sociedade de Revisores



Oficiais de Contas, com honorários que no ano de 2022 ascenderam aos 21.285,84 de euros relativos aos serviços de revisão legal que exclusivamente prestou (valor com IVA incluído);

- Não efetuaram quaisquer negócios com a sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 9 de março de 2023, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da SAGESECUR, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Manuela Fonseca

O Conselho de Administração

Jaime Andrez
Presidente

João Pinhão
Vogal

Ana Santos Martins
Vogal





Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2022



Demonstrações
Orçamentais



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras
2022



Handwritten signatures and initials:
 JH, AUH, V, P

Demonstrações orçamentais previsionais

1 — Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica Designação	Períodos anteriores	Período 2022	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
				t+1 2023	t+2 2024	t+3 2025	t+4 2026	
Receita corrente	9 164 052,00	9 087 920,00	18 251 972,00	9 087 920,00	9 087 920,00	9 087 920,00	0,00	
R1 Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.1 Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R4 Rendimentos de propriedade	9 164 052,00	9 087 920,00	18 251 972,00	9 087 920,00	9 087 920,00	9 087 920,00	0,00	
R5 Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6 Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R7 Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita capital	14 960 165,00	0,00	14 960 165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R8 Venda de bens de investimento	14 960 165,00	0,00	14 960 165,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9 Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.2 Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita efetiva [1]	24 124 217,00	9 087 920,00	33 212 137,00	9 087 920,00	9 087 920,00	9 087 920,00	0,00	
Receita não efetiva [2]	0,00	9 150 000,00	9 150 000,00	3 800 000,00	5 750 000,00	0,00	0,00	
R12 Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13 Passivos financeiros	0,00	9 150 000,00	9 150 000,00	3 800 000,00	5 750 000,00	0,00	0,00	
Receita total [3] = [1] + [2]	24 124 217,00	18 237 920,00	42 362 137,00	12 887 920,00	14 837 920,00	9 087 920,00	0,00	



Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras

2022

Rubrica Designação	Períodos anteriores	Período 2022	Soma	Plano orçamental plurianual				Euros
				t+1 2023	t+2 2024	t+3 2025	t+4 2026	
Despesa corrente	2 733 199,00	957 912,00	3 691 111,00	1 560 309,00	1 321 329,00	2 002 132,00	0,00	
D1 Despesas com o pessoal	850,00	850,00	1 700,00	850,00	850,00	850,00	0,00	
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	850,00	850,00	1 700,00	850,00	850,00	850,00	0,00	
D1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D2 Aquisição de bens e serviços	43 465,00	43 465,00	86 930,00	61 915,00	43 465,00	43 465,00	0,00	
D3 Juros e outros encargos	1 288 413,00	0,00	1 288 413,00	0,00	0,00	850 799,00	0,00	
D4 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5 Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D6 Outras despesas correntes	1 400 471,00	913 597,00	2 314 068,00	1 497 544,00	1 277 014,00	1 107 018,00	0,00	
Despesa capital	10 302 340,00	7 890 437,00	18 192 777,00	0,00	2 260 822,00	4 540 309,00	0,00	
D7 Investimento	10 302 340,00	7 890 437,00	18 192 777,00	0,00	2 260 822,00	4 540 309,00	0,00	
D8 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.1 Administração Central - Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa efetiva [4]	13 035 539,00	8 848 349,00	21 883 888,00	1 560 309,00	3 582 151,00	6 542 441,00	0,00	
Despesa não efetiva [5]	10 940 000,00	9 290 000,00	20 230 000,00	11 320 000,00	11 220 000,00	1 970 000,00	0,00	
D10 Ativos financeiros	3 140 000,00	9 290 000,00	12 430 000,00	11 320 000,00	11 220 000,00	720 000,00	0,00	
D11 Passivos financeiros	7 800 000,00	0,00	7 800 000,00	0,00	0,00	1 250 000,00	0,00	
Despesa total [6] = [4] + [5]	23 975 539,00	18 138 349,00	42 113 888,00	12 880 309,00	14 802 151,00	8 512 441,00	0,00	
Saldo total [3] - [6]	148 678,00	99 571,00	248 249,00	7 611,00	35 769,00	575 479,00	0,00	
Saldo global [1] - [4]	11 088 678,00	239 571,00	11 328 249,00	7 527 611,00	5 505 769,00	2 545 479,00	0,00	

2 - Plano plurianual de investimentos

O plano de investimentos plurianual está associado ao contrato de manutenção do material circulante. Para 2022 foi previsto e executado investimento de 7,89 milhões de euros.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 AJM
[Handwritten signature]

Demonstrações de relato individual

1 - Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
	Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	19 932 917,04	0,00	0,00	0,00	0,00	19 932 917,04	15 460 216,90
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	9 467 942,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9 467 942,84	24 539 791,44
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	62 000,00	0,00	62 000,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	29 400 859,88	0,00	0,00	62 000,00	0,00	29 462 859,88	40 000 008,34
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	8 837 314,59	0,00	0,00	0,00	0,00	8 837 314,59	12 053 454,96
Despesa não efetiva [6]	140 000,00	0,00	0,00	61 295,15	0,00	201 295,15	8 013 636,34
Soma [7]=[5]+[6]	8 977 314,59	0,00	0,00	61 295,15	0,00	9 038 609,74	20 067 091,30
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					0,00	0,00	0,00
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	20 423 545,29	0,00	0,00	704,85	0,00	20 424 250,14	19 932 917,04
Operações de tesouraria [D]=[A]-[C]					0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]	630 628,25	0,00	0,00	0,00	0,00	630 628,25	12 486 336,48
Despesa primária	8 142 314,59	0,00	0,00	0,00	0,00	8 142 314,59	10 799 062,64
Saldo corrente	8 465 679,25	0,00	0,00	0,00	0,00	8 465 679,25	7 828 511,68
Saldo de capital	-7 890 437,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-7 890 437,13	4 657 824,80
Saldo primário	1 325 628,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1 325 628,25	13 740 728,80
Receita total [1]+[2]+[3]	29 400 859,88	0,00	0,00	62 000,00	0,00	29 462 859,88	40 000 008,34
Despesa total [5]+[6]	8 977 314,59	0,00	0,00	61 295,15	0,00	9 038 609,74	20 067 091,30

Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
R1	Receita corrente	9 412 556,71	0,00	0,00	0,00	0,00	9 412 556,71	9 579 626,80
	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições p/ sistemas proteção soc. e subsist. saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9 393 130,82	0,00	0,00	0,00	0,00	9 393 130,82	9 579 626,80
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	19 425,89	0,00	0,00	0,00	0,00	19 425,89	0,00
	Receita capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 960 164,64
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 960 164,64
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outro	55 386,13	0,00	0,00	0,00	0,00	55 386,13	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	55 386,13	0,00	0,00	0,00	0,00	55 386,13	0,00
	Receita não efetiva	0,00	0,00	0,00	62 000,00	0,00	62 000,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	62 000,00	0,00	62 000,00	0,00

A
ACH P H

Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	946 877,46	0,00	0,00	0,00	0,00	946 877,46	1 751 115,12
D1	Despesas com o pessoal	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00	850,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	37 691,73	0,00	0,00	0,00	0,00	37 691,73	38 443,17
D3	Juros e outros encargos	695 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	695 000,00	1 254 392,32
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	213 335,73	0,00	0,00	0,00	0,00	213 335,73	457 429,63
	Despesa capital	7 890 437,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7 890 437,13	10 302 339,84
D6	Aquisição de bens de capital	7 890 437,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7 890 437,13	10 302 339,84
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa não efetiva	140 000,00	0,00	0,00	61 295,15	0,00	201 295,15	8 013 636,34
D9	Despesa com ativos financeiros	140 000,00	0,00	0,00	61 295,15	0,00	201 295,15	213 636,34
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 800 000,00

Handwritten initials and signature

2 - Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	P/Cobrar Ant.	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Cobradas brutas	Reembolsos Emitidos	Reembolsos Pagos	Cobrada Liq. Ant.	Cobrada Liq. Per.	Cobrada Liq. Tot.	P/Cobrar Final	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
R1	Receita Fiscal													
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições p/ sistemas proteção social e subsist. saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9 087 920,00	865 870,08	9 427 920,99	0,00	9 393 130,82	0,00	0,00	865 870,08	8 527 260,74	9 393 130,82	900 660,25	9,53	93,83
R5	Transferências e subsídios correntes													
R5.1	Transferências correntes													
R5.1.1	Administrações Públicas													
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	19 426,00	0,00	19 425,89	0,00	19 425,89	0,00	0,00	0,00	19 425,89	19 425,89	0,00	0,00	100,00
	Total Corrente	9 107 346,00	865 870,08	9 447 346,88	0,00	9 412 556,71	0,00	0,00	865 870,08	8 546 686,63	9 412 556,71	900 660,25	9,51	93,84
	CAPITAL													
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital													
R9.1	Transferências de capital													
R9.1.1	Administrações Públicas													
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	NÃO EFETIVA													
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	9 150 000,00	0,00	62 000,00	0,00	62 000,00	0,00	0,00	0,00	62 000,00	62 000,00	0,00	0,00	0,68
	Total Não efetiva	9 150 000,00	0,00	62 000,00	0,00	62 000,00	0,00	0,00	0,00	62 000,00	62 000,00	0,00	0,00	0,68
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	66 056,00	0,00	55 386,13	0,00	55 386,13	0,00	0,00	0,00	55 386,13	55 386,13	0,00	0,00	83,85
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	19 932 918,00	0,00	19 932 917,04	0,00	19 932 917,04	0,00	0,00	0,00	19 932 917,04	19 932 917,04	0,00	0,00	100,00
	Total	19 998 974,00	0,00	19 988 303,17	0,00	19 988 303,17	0,00	0,00	0,00	19 988 303,17	19 988 303,17	0,00	0,00	99,95
	Total Geral	38 256 320,00	865 870,08	29 497 650,05	0,00	29 462 859,88	0,00	0,00	865 870,08	28 596 989,80	29 462 859,88	900 660,25	2,26	74,75



3 - Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	P/Pagar Ant.	Dotações Corrigidas	Cativos/Descativos	Compromissos	Obrigações	Pagas Liq. Ant.	Pagas Liq. Per.	Pagas Liq. Tot.	Comp. a transitar	Obr. por pagar	Grau Exec. Ant.	Grau Exec. Per.
D1	Despesas com o pessoal												
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	850,00	0,00	850,00	850,00	0,00	850,00	850,00	0,00	0,00	0,00	100,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	0,00	43 465,00	0,00	38 552,73	38 552,73	0,00	37 691,73	37 691,73	0,00	861,00	0,00	86,72
D3	Juros e outros encargos	0,00	695 000,00	0,00	695 000,00	695 000,00	0,00	695 000,00	695 000,00	0,00	0,00	0,00	100,00
D4	Transferências e subsídios correntes												
D4.1	Transferências correntes												
D4.1.1	Administrações Públicas												
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	96,92	218 596,00	0,00	213 432,65	213 432,65	0,00	213 335,73	213 335,73	0,00	96,92	0,00	97,59
	Total Corrente	96,92	957 911,00	0,00	947 835,38	947 835,38	0,00	946 877,46	946 877,46	0,00	957,92	0,00	98,85
	CAPITAL												
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	7 890 438,00	0,00	7 890 437,13	7 890 437,13	0,00	7 890 437,13	7 890 437,13	0,00	0,00	0,00	100,00
D7	Transferência e subsídios de capital												
D7.1	Transferências de capital												
D7.1.1	Administrações Públicas												
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	0,00	7 890 438,00	0,00	7 890 437,13	7 890 437,13	0,00	7 890 437,13	7 890 437,13	0,00	0,00	0,00	100,00
	NÃO EFETIVA												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	9 290 000,00	0,00	201 295,15	201 295,15	0,00	201 295,15	201 295,15	0,00	0,00	0,00	2,17
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Não efetiva	0,00	9 290 000,00	0,00	201 295,15	201 295,15	0,00	201 295,15	201 295,15	0,00	0,00	0,00	2,17
	Total Geral	96,92	18 138 349,00	0,00	9 039 567,66	9 039 567,66	0,00	9 038 609,74	9 038 609,74	0,00	957,92	0,00	49,83

4 - Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Do plano de investimentos previsto para 2022, associado ao contrato de manutenção do material circulante, a execução do ano ficou em 100% como evidenciado na demonstração anterior.



Anexo às Demonstrações Orçamentais

Apresentação da empresa e do referencial de relato orçamental

A SAGESECUR é uma empresa do Grupo PARPÚBLICA, com um capital social de 22,5 milhões de euros, o qual é totalmente detido pela PARPÚBLICA desde o início de 2019, sendo que já anteriormente a PARPÚBLICA detinha a maioria do capital.

A atividade da SAGESECUR constitui um dos instrumentos de concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para o Grupo PARPÚBLICA relativamente a projetos específicos considerados de interesse e que se enquadrem no seu objeto social.

A SAGESECUR é uma sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA e a sua atividade está centrada na gestão de diversos negócios relacionados com a propriedade do material circulante que opera no eixo ferroviário norte-sul alugado à FERTAGUS e a detenção de unidades de participação de Fundos Imobiliários Fechados.

A empresa apresenta as suas demonstrações orçamentais em conformidade com a Norma Contabilística Pública (NCP) 26, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). A NCP 26 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As presentes demonstrações orçamentais respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa e estão apresentadas em euros.

1 - Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Descrição	Previsões	Inscrições/	Diminuições/	Créditos	Previsões
R1	Receita Fiscal					
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições p/ sistemas proteção social e sub. saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	9 087 920,00	0,00	0,00	0,00	9 087 920,00
R5	Transferências e subsídios correntes					
R5.1	Transferências correntes					
R5.1.1	Administrações Públicas					
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	19 426,00	0,00	0,00	19 426,00
	Total Corrente	9 087 920,00	19 426,00	0,00	0,00	9 107 346,00
	CAPITAL					
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital					
R9.1	Transferências de capital					
R9.1.1	Administrações Públicas					
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	NÃO EFETIVA					
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	9 150 000,00	0,00	0,00	0,00	9 150 000,00
	Total Não efetiva	9 150 000,00	0,00	0,00	0,00	9 150 000,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	66 056,00	0,00	0,00	66 056,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	19 932 918,00	19 932 918,00
	Total	0,00	66 056,00	0,00	19 932 918,00	19 998 974,00
	Total Geral	18 237 920,00	85 482,00	0,00	19 932 918,00	38 256 320,00

2 - Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Descrição	Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais	Dotações Corrigidas
D1	Despesas com o pessoal					
D1.1	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	850,00	0,00	0,00	0,00	850,00
D1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	43 465,00	0,00	0,00	0,00	43 465,00
D3	Juros e outros encargos	0,00	695 000,00	0,00	0,00	695 000,00
D4	Transferências e subsídios correntes					
D4.1	Transferências correntes					
D4.1.1	Administrações Públicas					
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	913 597,00	0,00	695 001,00	0,00	218 596,00
	Total Corrente	957 912,00	695 000,00	695 001,00	0,00	957 911,00
	CAPITAL					
D6	Aquisição de bens de capital	7 890 437,00	1,00	0,00	0,00	7 890 438,00
D7	Transferência e subsídios de capital					
D7.1	Transferências de capital					
D7.1.1	Administrações Públicas					
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Capital	7 890 437,00	1,00	0,00	0,00	7 890 438,00
	NÃO EFETIVA					
D9	Despesa com ativos financeiros	9 290 000,00	0,00	0,00	0,00	9 290 000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Não efetiva	9 290 000,00	0,00	0,00	0,00	9 290 000,00
	Total Geral	18 138 349,00	695 001,00	695 001,00	0,00	18 138 349,00

3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável.

**4 - Operações de tesouraria**

Não se registaram operações de tesouraria durante o ano de 2022.

5 - Contratação administrativa

Não aplicável. Não é aplicado o regime da Contratação Pública.

6 - Transferências e subsídios

Não aplicável.

7 - Outras divulgações.

Não aplicável.

Lisboa, 9 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Manuela Fonseca

O Conselho de Administração

Jaime Andrez
Presidente

João Pinhão
Vogal

Ana Santos Martins
Vogal



A decorative graphic consisting of a diagonal band that runs from the top-left towards the bottom-right. The band is composed of several overlapping, semi-transparent rectangular segments in various shades of blue, creating a layered, geometric effect.

www.parpública.pt

SAGESECUR
Grupo PARPÚBLICA